



## Desagravo é realizado em face de promotor

Advocacia mato-grossense é desagravada por Conselho Seccional e OAB Nacional na última sessão do ano **PAG 5**

Contas do exercício 2012 aprovadas com louvor pelo CFOAB

PAGS 4

TDP pede providências em caso de advogado ameaçado

PAG 7

Confira a primeira parte da Retrospectiva 2013

PAG. 12 a 24

Mala Direta Postal Especial  
9912328815/2013/DR/MT  
**OAB MT**  
CORREIOS

## DIRETORIA OAB/MT

Presidente:

**Maurício Aude**

Vice-presidente:

**Cláudia Aquino de Oliveira**

Secretário-Geral:

**Daniel Paulo Maia Teixeira**

Secretário-Geral Adjunto:

**Ulisses Rabaneda dos Santos**

Diretor-Tesoureiro:

**Cleverson de Figueiredo Pintel**

### CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábile Ribeiro

Duílio Piato Junior

Francisco Eduardo Torres Esgaib

José Antonio Tadeu Guilhen

Márcio Frederico de Oliveira Dorileo

Oswaldo Pereira Cardoso Filho

### CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto

Adalberto Lopes de Sousa

Alex Tocantins Matos

Alexandro Panosso

Alfredo José de Oliveira Gonzaga

Ana Lúcia Ricarte

Ana Lúcia Steffanello

Arnaldo Rauen Delpizzo

Breno Augusto Pinto de Miranda

Carlos Eduardo de Melo Rosa

Celito Liliano Bernardi

Dainez Nogueira Moreira

Daniela Marques Echeverria

Darley da Silva Camargo

Dauto Barbosa Castro Passare

Dinara de Arruda Oliveira

Eder Roberto Pires de Freitas

Edilson Lima Fagundes

Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi

Evandro Cesar Alexandre dos Santos

Fabiana Curi

Fabio Arthur da Rocha Capilé

Fabio Luis de Mello Oliveira

Fabio de Sá Pereira

Glaucio Rogério dos Reis Capistrano

Heitor Correa da Rocha

Humberto Affonso Del Nery

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Ivo Matias

Jonas Coelho da Silva

José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

José Sebastião de Campos Sobrinho

Julierme Romero

Luciana Castrequini

Luciano de Sales

Luiz Carlos Moreira de Negreiro

Luiz Carlos Rezende

Marcelo Geraldo Coutinho Horn

Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite

Mauro Paulo Galera Mari

Murillo Barros da Silva Freire

Oswaldo Antonio de Lima

Paulo Sérgio Cirilo

Paulo Sérgio Gonçalves Pereira

Pedro Martins Verão

Raphael de Freitas Arantes

Ricardo Gomes de Almeida

Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo

Roger Fernandes

Rogério Luis Gallo

Ronimárcio Naves

Samir Badra Dib

Sandro Luis Costa Saggin

Selma Pinto de Arruda Guimarães

Silas do Nascimento Filho

Soraide Castro

Stalyn Paniago Pereira

Tadeu Mucio Galvão Marques Valim

Tânia Regina Ignotti Faiad

Valber da Silva Melo

Valdir Miquelin

Waldemar Pinheiro dos Santos

Wilson Roberto Maciel

### CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente:

**Leonardo Pio da Silva Campos**

Vice-presidente:

**Flaviano Kleber Taques  
Figueiredo**

Secretário-Geral:

**Helmut Flavio Preza Daltro**

Secretária-Adjunta:

**Ana Carolina Naves Dias  
Barchet**

Tesoureiro:

**Leonardo de Mesquita Vergani**

### Diretores

Alberto da Cunha Macedo

Anderson Vatutin Loureiro Junior

Jose Antonio Gasparelo Junior

José Luiz de Aguiar Bojikian

Ruy Nogueira Barbosa

### Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias

Hugo Florêncio de Castilho

José Eduardo Polisel

Gonçalves

Enéas Correa de Figueiredo Júnior

Heleno de Figueiredo da Costa Marques

Mauren Lazaretti Aguiar

### ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

**Bruno Oliveira Castro**

Diretor Presidente

**Dejango Riber Oliveira Campos**

Diretor Adjunto

**Fabiana Curi**

Secretária

**Welder Queiroz dos Santos**

Secretário Adjunto

**Marcelo Antonio Theodoro**

Coordenador Pedagógico

### Conselho Curador

Adriano da Silva Félix

Ana Lucia Ricarte

Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruno Ferreira Alegria

Bruno Devasa Cintra

Daniela Marques Echeverria

Dauto Barbosa Castro Passare

Dinara de Arruda Oliveira

Geandre Bucair Santos

Marcos Martinho Avallone Pires

Rogério Luiz Gallo

Contatos: (65) 3613-0956/0957

### OUIDORIA

**Geandre Bucair Santos**

Ouvidor-Geral

**Giselle Jovelina Dias de Carvalho**

Ouvidora-adjunta -

Contatos: (65) 3613-0965

## EXPEDIENTE

Jornalista:

Lídice Lannes - DRTMT 810 e

Luis Tonucci - DRTMT 1468

Paula Peres - DRTMT 1243

Estagiária:

Heide Castilho

Fotografias:

José Medeiros e Adia Borges

Fotos da Terra

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928 -

imprensaobmt@gmail.com

CAA/MT (65) 3644-1006 -

caamt@caamt.com.br

Publicidade:

Boletim Informativo - Comunicação  
Institucional

Tiragem:

15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - 2ª Avenida Transversal

s/n, Centro Político Administrativo - CEP:

78.049-914 - CUAIBÁ/MT - Tel.: (65) 3613-

0928 Fax: (65) 3613-0921

Editoria de Arte:

Diagramação e Edição de Arte:

Erickson Souza Thaines

gauchothaines@hotmail.com.br



### TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)

**Luiz da Penha Corrêa**  
Presidente

**Ademar Santana Franco**  
Vice-Presidente

**Jozaira Rita Seixas Guedes**  
Secretária-Geral

**Fabiane Battistetti Berlanga**  
Secretária Adjunta

### MEMBROS

Antonio Pinheiro Esposito – Cuiabá  
Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum  
Bruno Rodrigues da Silva – Cuiabá  
Carla Caroline de Paula Rocha – Cuiabá  
Eduardo Horschutz Guimarães – Cuiabá  
Everaldo Batista Filgueira Junior – Cáceres  
João Ricardo Moreira – Cuiabá  
Luciano Rodrigues Dantas – Cuiabá  
Luiz Gonçalves de Seixas Filho – Mirassol D’oeste  
Marco Antonio Magalhães dos Santos – Cuiabá  
Marcus Augusto Giraldo Macedo – Peixoto De Azevedo  
Milton Martins Mello – Cuiabá  
Nelci Andrea dos Santos Andreotti – Peixoto De Azevedo  
Paulo Sérgio Missasse – Cuiabá  
Rosane Costa Itacaramby – Cuiabá  
Ruy Barbosa Marinho Ferreira – Peixoto De Azevedo  
Valéria Aparecida Solda de Lima – Mirassol D’oeste  
Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo – Cuiabá  
Vilson Pedro Nery – Cuiabá  
Contato: (65) 3613-0965  
**Plantão de Prerrogativas (24 horas):**  
**(65) 9239-1000**

### TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)

**João Batista Beneti**  
Presidente

**Antonio Luiz Ferreira da Silva**  
Vice-Presidente

**Silvano Macedo Galvão**  
Secretário-Geral

### RELATORES

Renato de Perboyre Bonilha  
Rober Cesar da Silva  
Clarissa Bottega  
Samantha Rondon Gahyva Martins  
Rogerio de Barros Curado  
Roberto Antunes de Barros  
Marco Antonio Dotto  
Adolfo Arini  
Jucimeire Marques de Oliveira  
Jose Gaspar Maciel de Lima  
Pedro Marcelo de Simone  
Seila Maria Alvares da Silva  
Alexandre Maciel de Lima  
Ivo Sergio Ferreira Mendes  
João Paulo Moreschi  
João Manoel Junior  
José Ravanello  
Henrique Alves Ferreira Neto  
Orlando Campos Baleroni  
Gisela Alves Cardoso  
Nelson Feitosa  
Valdir Francisco de Oliveira  
Samuel Richard Decker Neto  
Paulo Eurico Marques Luz  
Nubia Narciso Ferreira de Souza  
Jackson Mario de Souza  
Marcelo Bertoldo Barchet  
Mauro Antonio Stuan  
Gelison Nunes de Souza  
Paula Regina de Toledo Ribeiro  
Celso Correa de Oliveira  
Nelson Frederico Kunze Pinto  
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva  
Rosely Amaral de Souza  
Hamilton Ferreira da Silva Junior  
Cristiano Alcides Basso  
Marcel Alexandre Lopes  
Clarissa Lopes Vieira Vidaurre  
Rodrigo Quintana Fernandes  
Jonel Benedito Ferreira de Arruda  
Adelina Neres de Sousa Campos  
Douglas Ricardo Guilhen Melo  
Raul Astutti Delgado  
Décio Cristiano Piato  
Andreia Alves  
Carlos Roberto Previdelli  
Ulisses Duarte Junior  
Joice Wolf Scholl  
Luiz Sergio Rossi  
Mauro da Silva Andrieski  
Murillo Espinola de Oliveira Lima  
Amaro Cesar Castilho  
Paulo Fabrinny Medeiros  
Luciana Amalia Alves  
Bruno Ferreira Alegria  
**Contato: (65) 3613-0935**

## ÍNDICE

**4** TRTMT e TJMT editam portarias de recesso

**6** Conselho Sec-  
cional questiona  
presidente do TJMT



**8** Reunião aborda ações de 48 Comissões



**10** Colônia de Férias da CAAMT começa dia 20 de janeiro



**11** Novos convênios são firmados em Pontes e Lacerda



## REPORTAGEM

O Conselho Federal da OAB aprovou, por unanimidade e com louvor, as contas da Seccional Mato Grosso no exercício de 2012, na última sessão da Terceira Câmara realizada no dia 1º de dezembro. Conforme o secretário-geral adjunto da OAB nacional, Cláudio Stábile, os conselheiros registraram que a OAB/MT é modelo de gestão financeira para o sistema OAB. “O diretor tesoureiro do Conselho Federal Antônio Oneildo Ferreira, elogiou a Seccional por adotar boas práticas de gestão, pela correta aplicação das receitas e por adotar medidas de contenção de despesas de forma planejada”. O relator no CFOAB foi o conselheiro federal pelo Maranhão, Raimundo Marques, que aprovou as contas de 1º de janeiro a 31 de dezembro sem ressalvas.

Para o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, esse fato é prova da transparência e seriedade com que a direção vem tratando sua política financeira, capitaneada pelo diretor tesoureiro Cleverson Pintel. “Nossas práticas de transparência continuaram a ser implantadas em 2013. Em dezembro demos mais um passo. Ampliamos a publicação de informações das receitas e despesas mensais, que já estavam disponíveis no link ‘Prestação de Contas’, no nosso site. Passamos a publicar as planilhas no ‘Jornal da OAB/MT’, prática que se repetirá periodicamente, considerando que o jornal tem tiragem que alcança todos os advogados e advogadas de Mato Grosso. Também passamos a disponibilizar no site a movimentação das contas bancárias da instituição. Ficamos contentes em saber que todo esse trabalho foi reconhecido e destacado em nível nacional”.

Cleverson Pintel ressaltou que a aprovação das contas junto ao Conselho Federal já era esperada, assim como ocorreu nos anos anteriores da Gestão 2010/2012, quando foram adotadas medidas para estimular a quitação de débitos, visando à redução da inadimplência, e de contenção de despesas. “Todas as ações geraram acréscimo na arrecadação e benefícios aos advogados como a manutenção do valor das anuidades por três anos consecutivos e redução do montante pago pelos jovens advogados”. O diretor tesoureiro sublinhou que desde 2011, os exercícios financeiros são fechados com superávit. O crescimento das receitas e o superávit financeiro permitiram manter congelado o valor da anuidade para o advogado desde 2011. Permitiu a redução do valor da anuidade para o novo advogado, que passou de R\$515 (em 2010) para R\$400 (em 2013), e do estagiário: R\$350 (em 2010) para R\$200 (em 2013). A manutenção dos valores da anuidade representa um ganho de aproximadamente 16% (inflação do período 2011-2013).

As contas foram auditadas por contador do CFOAB e também foram aprovadas junto ao Conselho Seccional, com base na Lei nº 8.906/94, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimento nº 101/2003, do Conselho Federal da OAB, com as alterações constantes dos Provimentos nº 104/2004 e 121/2007, ambos do CFOAB.

Melhor estrutura orçamentária - O resultado de arrecadação do exercício de 2012 ficou R\$ 2.879.516,39, ou seja, 37,81% maior que o exercício anterior e superior em 2,97% da receita estimada. Cleverson Pintel ratificou que entre os fatores que geraram esse resultado, estavam as campanhas de estímulo à regularização de anuidades, que ofereceu descontos aos que optassem pelo pagamento à vista. Em 2013, as boas práticas foram mantidas e nova iniciativa foi implantada: o Mutirão de Conciliação, voltado para os advogados negociarem seus débitos. A primeira Subseção a receber o mutirão



# CFOAB aprova contas de 2012 da OAB/MT com louvor

### OUTRAS CONQUISTAS PARA A ADVOCACIA

O diretor tesoureiro também apontou que a boa aplicação das receitas da OABMT permitiu, ao longo dos últimos quatro anos, ofertar novos serviços para os advogados, tais como: equipamentos de última geração e internet wi-fi nas salas dos fóruns, serviço de leitura de publicações (Líber), serviço de cálculos trabalhistas e atualização monetária (Débit), todos ofertados de forma gratuita para os advogados adimplentes com o pagamento das anuidades; expansão dos serviços da ESAMT, com cursos presenciais e telepresenciais, ofertados a todos os advogados e com preços diferenciados para os adimplentes. Realização de cursos com palestrantes de renome nacional; ampliação do Escritório Modelo.

Também houve a realização de cursos sobre o PJE em convênio com o TRT23, com desconto de 50% para advogados adimplentes; melhor estrutura para o plantão do TDP funcionar 24 horas por dia, todos os dias, atendendo os advogados que tenham suas prerrogativas ofendidas, destacando que há núcleos do TDP em diversas subseções para o atendimento do advogado do interior; modernização e ampliação da distribuição do Jornal da OAB/MT; estacionamento do Fórum (também contou com recursos da OAB/MT); publicação de cartilhas orientativas (diversas comissões) e do manual de defesa das prerrogativas;

Colégio de Seccionais - A atuação da Tesouraria da OAB/MT na boa aplicação dos recursos advindos das anuidades foi alvo de explanação do presidente Maurício Aude no 1º Colégio de Presidentes de Seccionais realizado em João Pessoa este ano. A Seccional foi convidada a falar sobre as ações para que outras instituições pudessem trocar ideias e utilizar muitas das práticas em seus estados. “Todas essas ações demandam custos e representam despesas. De forma que, tudo o que vem sendo feito, só foi possível porque a receita advinda do recebimento das anuidades vem crescendo desde 2010, especialmente em face da redução da inadimplência. O advogado tem notado a expansão dos serviços ofertados pela OAB, Caixa e ESA e percebe que o valor que paga a título de anuidade tem retornado na forma serviços”, finalizou Cleverson Pintel.



foi Pontes e Lacerda, quando da circulação do Projeto OAB/MT 80 Anos na cidade. Foram oferecidas condições especiais, inclusive com pagamento por meio de cartão de crédito ou débito.

Anos anteriores - As prestações de contas referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011 do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso também foram aprovadas, por unanimidade, pela Terceira Câmara do Conselho Federal. Em 2010, a Diretoria da OAB/MT, iniciou um extenso cronograma de modernização de todo seu Parque de Informática e das Salas da OAB/MT instaladas nos órgãos públicos em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados. Foram adquiridos novos computadores, impressoras e scanners para as salas dos advogados do Fórum de Cuiabá, do Tribunal de Justiça, do Complexo Maruanã, do TRT/MT, TRE/MT, Justiça Federal, das Subseções de Várzea Grande, Jaciara, Lucas do Rio Verde, Sinop, entre outras. Foram entregues novas salas para o Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Tribunal de Ética e Disciplina e Ouvidoria. Novas salas foram conquistadas ou reativadas por meio da atuação do TDP na sede da Polícia Federal, TCE/MT, Penitenciária Central, em cadeias do interior como Rosário Oeste, na delegacia de Primavera do Leste, em cidades atendidas pelas Subseções como Tapurah e Vera, entre outras. Em 2012, a Diretoria da OAB/MT finalizou as construções de três sedes das Subseções de Alta Floresta, Primavera do Leste e Tangará da Serra. E ainda houve a aumento significativo de 19,56% no repasse às Subseções, comparado com o exercício anterior.



## DIRETORIA

# Desagravo defende advocacia de Mato Grosso e brasileira

**O**s membros do Conselho Pleno da OAB/MT e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas realizaram ato de desagravo público em face do promotor de justiça Marcos Regenold Fernandes, o qual ofendeu a classe advocacia, afirmando em um meio de comunicação que “os bons advogados dos acusados são pagos com dinheiro público roubado da população”. Em tempo recorde – um dia - o desagravo foi proposto pelo secretário-geral adjunto e conselheiro federal pela OAB/MT, Cláudio Stábile, e aprovado junto ao Pleno do Conselho Federal da OAB.

Para o presidente da Seccional, Maurício Aude, o promotor não ofendeu somente a classe dos advogados, mas renegou o Estado Democrático de Direito, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. “Ele foi contra o próprio juramento que fez quando da sua colação de grau, que é o que nos causa mais espanto, diante do fato de se tratar de alguém com formação jurídica. Se um dia o promotor de justiça não se conformar com qualquer situação ou mesmo com o ato de desagravo e quiser provocar o Estado Juiz, terá que se valer do trabalho de um advogado ou advogada. E, se porventura, seu defensor tiver violadas suas prerrogativas, nosso Tribunal de Defesa das Prerrogativas estará pronto para atuar no sentido de garantir o que for preciso para ter acesso aos autos”. Ao final, Maurício Aude exortou a todos para que de pé e, com o braço direito estendido, reiterassem o juramento do advogado,

ao que foi acompanhado por todos os presentes, numa demonstração de reafirmação dos compromissos da advocacia.

Conselho Federal - O secretário-geral adjunto do Conselho Federal e conselheiro federal pela OAB/MT, Cláudio Stábile Ribeiro, participou do ato de desagravo representando a OAB Nacional. “A fala deste promotor espantou a advocacia nacional. Os conselheiros federais ficaram indignados. O promotor pretende desqualificar o direito de defesa do acusado, o qual tem apenas um advogado contra todo o aparato do Estado. O advogado nacional não aceita esse tipo de conduta porque a advocacia brasileira foi protagonista na volta da democracia”. Stábile acrescentou que “o promotor deveria zelar pela Constituição Federal. Nós, que lutamos tanto pela redemocratização, não podemos tolerar esse tipo de ato que merece todo nosso repúdio”.

Também foi aprovada junto ao Pleno do Conselho Federal o ingresso de representação em face do promotor de Justiça junto ao Conselho Nacional do Ministério Público para que sejam tomadas as medidas cabíveis. “Esse tipo de declaração não contribui em nada para o bom relacionamento entre as instituições que compõem o Sistema Judiciário, quais sejam a OAB, o Poder Judiciário e o Ministério Público”, observou Stábile.

Parecer - O relator do desagravo, conselheiro estadual Pedro Verão, afirmou que a “sociedade e a advocacia foram surpreendidas com a atitude inexplicável e imprópria do cargo que exerce o promotor de justiça Marcos Regenold Fernandes, com suas

declarações e afirmações. (...) A reação da OAB/MT foi imediata, quer pela nota de repúdio publicada pela Seccional, quer, principalmente, pela decisão do Conselho Federal que, por decisão do Pleno, aprovou, por unanimidade, o presente desagravo coletivo da advocacia do Estado de Mato Grosso”. Conforme o advogado, a sessão de desagravo tem dupla finalidade: promover a reparação moral ao advogado ofendido no exercício



profissional e conclamar a solidariedade da classe na luta contra atos ilegais e abusos de autoridades que violam a liberdade de prática da advocacia para assegurar as prerrogativas do profissional e permitir seu trabalho e servem, acima de tudo, para que o profissional exerça com independência seu mister e assegure os direitos dos cidadãos.

O corregedor da OAB/MT, Luiz Carlos Rezende, questionou: “porque será que incomodamos tanto? Somos fortes e unidos e a Constituição Federal

reconhece, em seu artigo 133, a indispensabilidade do advogado à administração da justiça. Parabenizo a OAB/MT e o Conselho Federal pelo pronto atendimento em aprovar e realizar esse desagravo”.

Nota de repúdio – Assim que tomou conhecimento da declaração, a diretoria da OAB/MT emitiu Nota de Repúdio. O presidente da Seccional, Maurício Aude, ressaltou que “a afirmação de que bons advogados recebem dinheiro roubado é desrespeitosa. Bons advogados são

éticos, estudam muito e se atualizam para atuar e defender seus clientes com inteligência e eficácia, não podendo haver confusão entre o que se suspeita terem feito seus clientes e o munus público que os profissionais da advocacia exercem. Para os maus profissionais temos o Código de Ética e Disciplina da OAB e um Tribunal de Ética atuante, que tem agilizado o trâmite de seus processos para punir aqueles que o descumprem”.

Para os diretores da Ordem, esse tipo de

raciocínio do promotor de justiça não fere apenas a Constituição e o Estatuto da Advocacia - Lei Federal 8.906/94, mas também princípios internacionais, já que a todo cidadão é garantido seu direito de defesa. “É uma questão de Direitos Humanos. Os direitos à presunção da inocência e ao julgamento justo e público estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. E a Carta Magna ratificou esses direitos e princípios inserindo em seu texto o advogado como o profissional habilitado para exercer o ius postulandi. Não estamos falando apenas do advogado privado, mas lembremos que a advocacia pública também atua na defesa de acusados de crimes hediondos e deve fazê-lo com todas as ferramentas jurídicas necessárias e disponíveis”, sublinhou o Secretário Geral Adjunto, Ulisses Rabaneda.



## TRT/MT e TJMT editam portarias das férias dos advogados

Os Tribunais do Trabalho (TRT/MT) e de Justiça (TJMT) publicaram documentos determinando a suspensão de expediente durante o recesso forense de final de ano. Considerando o requerimento formulado pela OAB/MT, o qual pleiteou férias à advocacia, os prazos foram estendidos além do período que era praticado nos anos anteriores. O Pleno do TRE/MT também aprovou o pedido da OAB/MT para a extensão do período com vistas às férias dos advogados que atuam na área eleitoral. Assim, no TRT/MT, a contagem dos prazos

processuais e regimentais nos órgãos de primeiro e segundo graus é de 7 a 19 de janeiro de 2014 e a medida está expressa na Portaria TRT SGP GPN. 655/2013. O Tribunal Pleno ainda decidiu que não haverá expedição de intimações aos advogados e partes e realização de audiências e sessões de julgamento das Turmas e Tribunal Pleno. Já no TJMT, o Conselho da Magistratura editou o Provimento nº 33/2013, que veda, durante o recesso forense, no período de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014 a publicação de acórdãos,

sentenças, decisões e despachos. No mesmo sentido, suspendeu, no período de 7 a 20 de janeiro de 2014, a contagem de todos os prazos processuais, bem assim a realização de audiências e de sessões de julgamento.

As medidas valem tanto em Primeira e Segunda Instâncias, quanto nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Turmas Recursais, exceto com relação às medidas urgentes e aos processos penais envolvendo réus presos, nos processos vinculados a essa prisão.

## DIRETORIA

### Liberado acesso a processos na Câmara de Cuiabá

O Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/MT intermediou a liberação de acesso a processos legislativos junto à Câmara de Vereadores de Cuiabá que não permitiu um advogado de fazer vistas em documentos que não possuem sigilo ou confidencialidade, ferindo, assim, o Estatuto da Advocacia e da OAB. O denunciante foi o presidente da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OAB/MT, João Paulo Moreschi, que relatou ter sido impedido de fazer vistas dos processos, tendo sido impedido de obter cópias ou tomar apontamentos junto à Secretaria de Apoio Legislativo da Câmara de Cuiabá. O advogado foi informado que o procedimento era uma determinação da Presidência da Casa Legislativa e que ele deveria peticionar ao presidente buscando acesso aos referidos processos.

A relatora do TDP, advogada Carla Rocha, notificou a Secretaria da Câmara para se manifestar a respeito dos procedimentos adotados, em um prazo de 15 dias. A situação foi solucionada logo depois e o próprio advogado reclamante informou ter recebido “atendimento de qualidade e eficiência pelos funcionários do apoio legislativo da Câmara, sendo franqueado acesso e informações aos processos legislativos de meu interesse”. A Lei Federal 8.906/94, que regulamenta a profissão da Advocacia, em seu artigo 7º, incisos XIII e XV, estabelece entre os seus direitos o acesso em quaisquer órgãos públicos a processos e documentos, mesmo sem procuração quando não estejam sob sigilo.

“Não é um privilégio, mas uma prerrogativa porque ao advogado cabe promover a ampla defesa de seus clientes, ou seja, é uma garantia que visa atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa”, ressaltou o presidente do TDP, Luiz da Penha. Assim, os advogados, advogadas e estagiários que forem impedidos de ter acesso a documentos em unidades judiciais, delegacias, unidades dos Poderes Legislativo e Executivo, da União ou quaisquer órgãos públicos, podem fazer reclamação ao Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/MT para as devidas providências. O telefone do Plantão do TDP é (65) 9239-1000.

TDP no painel do Sistema Judicial - O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/MT, Luiz da Penha, representou a diretoria no 1º Painel do Sistema Judicial de Mato Grosso na UFMT. O evento, organizado pelo Comitê Multi-Institucional, foi em comemoração à Semana da Justiça e Cidadania. O advogado explanou sobre a estrutura da OAB/MT para cerca de 200 estudantes e professores, destacando a composição e atuação de cada órgão. “Tive a oportunidade de levar um pouco da história da nossa OAB/MT e suas ações em defesa do advogado e da sociedade. Fóruns de discussões como esse são muito importantes para aproximar as instituições das universidades e compartilhar conhecimentos”.

## Atuação da OABMT é apresentada em encontro de Juizados

A diretoria da OAB/MT foi enaltecida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Perri, em virtude dos trabalhos que vem desenvolvendo em prol de uma justiça mais célere e eficiente. O reconhecimento foi feito durante a solenidade de abertura do XII Encontro de Magistrados dos Juizados Especiais, ocasião em que o presidente da Seccional foi convidado a fazer explanação aos juizes.

“Já fizemos diversos pedidos ao tribunal, em especial junto com presidentes de subseções e conseguimos obter êxito na maior parte deles, com a designação de mais juizes, deslocamentos de servidores, contratação de mais estagiários. É certo que ainda há muito por fazer. Agrade-



ço pelo elogio à gestão, e o estendo a todos os conselheiros federais e estaduais, membros dos Tribunais de Defesa das Prerrogativas e de Ética e Disciplina, das nossas Comissões Temáticas, ESA/MT, CAA/MT, Subseções, Ouvidoria e Corregedoria”.

Ações da Lei 12.153/2009 só no Juizado Especial - A partir do dia 7 de janeiro de 2014, ações referentes

à Lei 12.153/2009 só poderão ser propostas perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, ou seja, ficará vedado o recebimento junto ao Protocolo Geral e Expresso de petições iniciais e outro ato de competência do referido juizado. A determinação consta da Portaria nº 92/2013, assinada pelo juiz diretor do foro de Cuiabá, Marcos Faleiros. Os processos de

competência do Juizado Especial da Fazenda Pública tramitam por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

De acordo com o documento, somente em casos de urgência, em que haja risco de grave prejuízo ou difícil reparação, por decisão do juiz do juizado, a respectiva secretaria realizará o protocolo da ação por meio físico.

## Postura de cobrança é ressaltada a presidente do TJMT

A suspensão pelo Conselho Nacional de Justiça da portaria da Corregedoria-Geral da Justiça que permitia conciliação em cartórios, a designação de mais juizes, servidores e estagiários para desafogar varas judiciais foram algumas conquistas da OAB/MT junto ao Poder Judiciário apontadas pelo presidente da Seccional, Maurício Aude, na última sessão do Conselho Seccional que teve como convidado o presidente do Tribunal de Justiça, des. Orlando Perri.

“Tivemos este ano uma postura de cobranças e de diálogo e conseguimos, apesar das dificuldades alguns avanços ao ponto de sermos chamados para participar de perícias internas pelo Judiciário. Pela primeira vez, a OAB/MT foi ouvida no encontro de juizes de Juizados Especiais e neste ano estivemos no Fórum Nacional de Juizados Especiais – Fonaje – para apontar os problemas enfrentados pelos advogados conquistando a revogação do Enunciado 158. Não somos contra medidas alternativas de resolução de conflitos, mas defendemos que os advoga-



dos estejam presentes e sejam respeitados nas lides”, pontuou Aude. O desembargador elogiou a postura da diretoria da OAB/MT em buscar o diálogo na tentativa de apontar soluções para os problemas do Poder Judiciário que ele considera históricos e de difícil resolução em curto prazo. “Conseguimos alguns avanços, vamos fazer um novo planejamento estratégico porque o anterior, de 55 metas foram cumpridas apenas 11”. Ele apresentou números para demonstrar que vem cobrando resultados dos juizes e dos servidores para minimizar o que apontou o “Justiça em Números” do CNJ que colocou o TJMT entre os três piores do país com baixa produtividade. Explicou que a média de arquivamentos em Mato Grosso é de 44% e em São Paulo, 100%; e que

a Corregedoria já tomou providências. A taxa de congestionamento na Justiça Estadual em primeira instância é de 87%. O secretário-geral da OAB/MT, Daniel Teixeira, disse reconhecer que administrar o Poder Judiciário em dois anos é “gerenciar prioridades e certamente não conseguirá agradar a todos. A Ordem reconhece a abertura que o desembargador presidente tem fortalecendo a relação com a advocacia, garantindo conquistas para os advogados. O diálogo aberto e respeito é o caminho”. A sessão durou cerca de quatro horas e os conselheiros federais e estaduais de várias regiões do Estado tiveram a oportunidade de apontar as dificuldades e anseios da advocacia do interior do Estado ao presidente do TJMT. O magistrado falou do Núcleo de Re-

gistro e Autuação criado para encaminhar aos processos direto para os gabinetes dos juizes, reduzindo o tempo de distribuição e autuação e da intenção de instalar mais 32 núcleos nas maiores comarcas; disse que pretende criar um campo no portal do TJMT para informar aos advogados das ausências dos juizes nas comarcas evitando deslocamentos desnecessários; pretende instalar a vara de execuções fiscais para desafogar as varas de fazenda pública, cuja propositura já foi aprovada pelo Tribunal Pleno e a vara da infância, adolescência e do idoso, sendo esta antigo pleito da OAB/MT por meio da Comissão de Infância e Juventude. Também foi anunciada a construção dos fóruns de Primavera do Leste e Água Boa e, possivelmente, de Várzea Grande.

## OAB/MT recebe resposta sobre obras

A diretoria da OAB/MT pediu para que o TRT/MT informasse possível data de término das obras que estão sendo feitas no estacionamento do órgão, principalmente porque não há demarcações de áreas dos veículos, o que vêm acarretando transtornos aos advogados por conta de carros que ocupam mais de uma vaga. A Diretoria-Geral do TRT/MT informou que o pedido da Seccional foi encaminhado à Coordenadoria de Engenharia, que respondeu “até o momento não existe nenhuma previsão de conclusão/finalização dos referidos serviços, haja vista que a empresa contratada abandonou o canteiro de obras, bem como não cumpriu com os acordos firmados com esta administração ao longo de todo esse período de paralisação”. Por esta razão, a administração do TRT/MT pede compreensão e ressalta que está envidando todos os esforços para solucionar a obra o mais rápido possível.

## Novo ofício pede providências para MT 344

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, recebeu ofício da diretoria da Subseção de Jaciara com novo pedido de providências emergenciais para Rodovia MT 344, no trecho entre Jaciara a Campo Verde. São reivindicações com relato da preocupação da população quanto à precariedade e os inúmeros buracos na rodovia, os quais apresentam risco de morte para as pessoas que trafegam por ela. O presidente da subseção, Claudinez Junior, relata que o problema é grave. “Pedimos uma solução emergencial para o problema da MT 344, que está sob pena de muitas vidas serem ceifadas, além dos prejuízos sofridos que infelizmente se repete todo ano”. Maurício Aude encaminhou cópia do ofício com pedido de providência urgente para o governador do Estado, Silval Barbosa; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público, Paulo Prado; o superintendente regional do Dnit, e o secretário de infraestrutura de Mato Grosso, lembrando que esse é um pleito antigo da Subseção e da Seccional que se mantém sem solução.

## TDP pede providências em caso de advogado ameaçado

Os presidentes da OAB/MT, Maurício Aude, e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Luiz da Penha, buscaram apoio da Secretaria de Segurança Pública para salvaguardar a integridade física de um advogado e seu cliente de Tangará da Serra que estão sofrendo ameaças de morte. O advogado Romair Cícero de Oliveira relatou ao presidente da Subseção de Tangará da Serra, Josemar Carmeiro dos Santos, que estava no escritório quando entraram três indivíduos dizendo que “compraram” os direitos de créditos de uma ação de execução, a qual ele atua em defesa da parte requerida. Um dos indivíduos que invadiu o escritório ficou na porta, outro de costas para a parede, o outro fechou o notebook do advogado e confiscou o aparelho de celular dele. Disseram para não gravar a conversa e nem se comunicar com ninguém e fizeram ameaças. O aparelho foi devolvido quando eles saíram do local.

O cliente do advogado também foi ameaçado de morte por uma das partes do processo de execução, sendo que o advogado o orientou a registrar ocorrência na Polícia Civil indicando o suspeito, o que foi feito. Ao serem comunicados, imediatamente, a diretoria da OAB/MT e o TDP protocolizaram pedido junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e o secretário Alexandre Bustamante ressaltou que já determinou a apuração urgente.

# OAB/MT acompanha Subseções em pleitos



A vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, acompanhou os presidentes das Subseções de Diamantino, Gildo Capeleto, de Campo Novo do Parecis, Samir Ramos, e de Mirassol D'Oeste, Gustavo Cardoso, em reunião realizada no Tribunal de Justiça, a qual teve como pauta melhorias na prestação jurisdicional. O conselheiro estadual Celito Bernardi também participou dos debates.

**Diamantino** - Os pleitos versaram sobre a permanência dos magistrados na comarca, a contratação de mais assessores, melhoria na tecnologia da informação e a proposta de criação de um código específico de triagem para cumprimento de sentença de honorários advocatícios. Conforme Gildo Capeleto e Celito Bernardi (ex-presidente da subseção), “é constante a rotatividade dos juízes. Eles assumem, fazem correição e quando estão familiarizados com os processos são designados para outras comarcas. Isso ocorre a cada seis meses ou um ano”. O presidente do TJMT, desembargador Orlando Perri, registrou que não há como assegurar a permanência dos juízes por conta dos processos de promoção na carreira, mas que estudará uma maneira de amenizar o problema.

**Campo Novo do Parecis** - Samir Ramos registrou a necessidade da criação de uma terceira vara em decorrência do constante crescimento

de ações ajuizadas; ressaltou que o município de Brasnorte, atendido pela subseção, sofre com a cumulação do juiz em vara de Juína, fato que o faz permanecer mais tempo nesta comarca. “O volume de processos também é grande e solicitamos que, ao menos, haja a desvinculação do juiz de Brasnorte. Sabemos que o cobertor é curto, mas seria uma medida paliativa para a situação”. O presidente do TJMT reconheceu a situação e antecipou que realizará a primeira fase do concurso para juízes já em fevereiro de 2014.

**Mirassol D'Oeste** - Gustavo Cardoso assinalou que em Araputanga é necessária a contratação de mais três estagiários de nível superior e em São José dos Quatro Marcos, Porto Esperidião e Mirassol é preciso mais dois oficiais de justiça. Em Porto Esperidião há apenas três servidores efetivos e dois estagiários, sendo que estes permanecerão na comarca até dezembro deste ano. “Estamos expondo a real situação da comarca porque a tendência é piorar e não queremos que isso ocorra”, disse Gustavo Cardoso. Ele ainda relatou que os advogados estão tendo dificuldade com senhas para levantamento de alvarás. O desembargador informou que todas as comarcas têm autonomia para realizar processo seletivo para a contratação de estagiários e analisará os outros pedidos, principalmente porque Porto Esperidião consta do relatório do TJMT entre as mais críticas do estado.



## Suporte do Projudi é discutido entre Codel e CGJ

O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, e o gestor da Seccional, Giderson dos Santos, se reuniram na Corregedoria-Geral da Justiça para tratar de dificuldades pontuais relativas ao Sistema Projudi. Também estavam presentes os juizes auxiliares Lídio da Silva Filho e José Antônio Bezerra Filho, o coordenador do Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância (Dapi), Johnny Abdallah e diretores. Manzeppi apresentou propostas de responsabilidades a serem divididas entre a Seccional e o Tribunal, lembrando do acordo de parceria assinado entre os diretores das duas instituições em março deste ano para dar suporte aos usuários. Giderson Santos esclareceu que na OAB/MT o suporte é prestado por ele e mais cinco funcionários lotados na sede e salas.

**Problemas e soluções** - Entre as situações corriqueiras apontadas pelos representantes da Ordem que estão além da capacidade técnica e que dependem da atuação do TJMT estão o cadastramento de advogados e partes; desbloqueio de login; intimação por e-mail não entregue na caixa postal dos advogados, entre outros. Foram apresentadas sugestões de aprimoramento para lançar na tela inicial do Processo Judicial Digital como o assinador Java; informações no site acerca das delegações da OAB/MT e do TJMT; a inclusão do endereço completo do Maruaná para envio de documentos de advogados de outros estados; constar informação de indisponibilidade do Projudi e o bloqueio de clientes que fazem uso de robôs com aviso sobre a derrubada.

**Software de cálculo e "Push"** - Após a OAB/MT e Comissão de Direito Eletrônico terem requerido ao Tribunal de Justiça, a renovação da licença do software que realiza cálculo de cumprimentos de sentença da Contadoria do Fórum da Comarca de Cuiabá e informações sobre o porquê o Projudi deixou de enviar mensagens de "Push" com intimação das movimentações dos processos aos advogados cadastrados, o órgão informou que a situação foi normalizada. O diretor do Dapi informou que houve contratação do sistema de cálculo no dia 13 de maio, sendo finalizado o processo no dia 18 de novembro e que nesse mesmo dia a informação foi transmitida para os cartórios distribuidores de todas as comarcas do Estado, inclusive com a liberação para acesso. Já em relação ao "Push", o diretor do Departamento de Sistemas e Aplicações explicou que o problema ocorreu devido ao travamento do serviço de entrega de andamentos processuais por e-mails, nominado push. Disse que, embora as causas ainda sejam desconhecidas, medidas de contingência foram adotadas para evitar a recorrência do problema.

## Presidente da CDE coordenará o "Eleições Limpas"

O presidente da Comissão de Direito Eleitoral (CDE) da OAB/MT, Sílvio Teles, foi designado pela diretoria da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política da OAB Federal como coordenador entre as Seccionais da região Centro-Oeste para o projeto "Eleições Limpas". Sílvio Teles já contactou os presidentes das quatro Seccionais da região e os de suas respectivas Comissões e encaminhou sugestões de ações deliberadas na reunião ordinária para chamar atenção da sociedade à coleta de assinaturas ao projeto "Eleições Limpas".

O secretário da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política, Aldo Arantes, parabenizou o presidente da CDE. "Parabéns pela sua presteza na articulação das Seccionais do Centro-Oeste visando compor uma subcomissão regional da Comissão Especial para a Reforma Política da OAB, conforme resolução adotada pela Comissão. É com dedicação, iniciativa e firmeza na defesa de nossa proposta de Reforma Política Democrática e Eleições Limpas que conseguiremos mobilizar o país para esta importante iniciativa".

# Reunião aborda ações das 48 Comissões



As principais ações realizadas em 2013 pelas 48 Comissões Temáticas da OAB/MT foram apresentadas durante a última reunião do ano com a presença do presidente da Seccional, Maurício Aude, a vice-presidente Cláudia Aquino, o secretário-geral, Daniel Teixeira, o presidente da CAA/MT e coordenador das Comissões, Leonardo Campos, além dos presidentes da ESA/MT, Bruno Castro, do Tribunal de Ética e Disciplina, João Beneti, do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Luiz da Penha e os presidentes e membros das comissões. Aude destacou que a diretoria visitou 15 subseções das 29 este ano onde ouviu as demandas dos advogados e deu encaminhamento a todas e agradeceu o empenho das comissões relatando que houve um saldo bastante positivo, citando especialmente a atuação daquelas criadas no primeiro ano de gestão como as de Acesso à Justiça, de Acompanhamento da Atividade Advocatória, de Estudos do Agronegócio, de Igualdade Racial, Fiscalização dos Gastos Públicos, de Direito Municipal, Defesa dos Honorários Advocatórios e a de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

"Entre as conquistas podemos citar a revogação do Enunciado 158, que teve a atuação de três comissões, a suspensão da portaria da Corregedoria-Geral da Justiça que permitia a realização de conciliações em cartórios. Neste caso fomos ao Conselho Federal da OAB, que acionou o CNJ. Tivemos advogados e advogadas ministrando palestras em eventos da Escola e também no projeto OAB/MT 80 anos. Foi criado o Observatório do Judiciário que envia ofícios aos juizes cobrando celeridade em processos cujo tempo de tramitação excede o normal denunciados por advogados. Em alguns casos, obtivemos andamento

ou sentenciamento em poucos dias".

OAB/MT 80 anos - Cláudia Aquino falou do projeto OAB/MT 80 anos que já esteve em 7 subseções com palestras em escolas para crianças e adolescentes, painéis e reuniões de trabalho para os advogados, exposição de fotos e documentos históricos e o OAB/MT Cidadania com serviços gratuitos à população na praça da cidade com diversas parcerias. "Convidamos os presidentes e membros de comissões a se unirem a nós para oferecermos palestras nas diversas áreas para os estudantes das cidades visitadas. Já falamos de Direito do Trabalho e do Consumidor, Mídias Sociais, tudo com uma linguagem acessível e tivemos grande receptividade. A intenção é realizar o OAB/MT 80 anos em todas as subseções até o final da gestão".

O secretário-geral Daniel Teixeira agradeceu a dedicação de "todos, em especial do presidente Maurício Aude, que de forma voluntária doaram seu tempo e trabalho em prol da advocacia e da sociedade, deixando, muitas vezes família e o próprio escritório. Porém, temos visto o resultado desses trabalhos com o reconhecimento da OAB/MT como instituição de credibilidade".

Leonardo Campos pontuou a importância da atuação das comissões e apresentou a nova presidente da Comissão de Infância e Juventude, Marizete F. Reginato Bagatelli, que também é psicóloga. "Ela assume o lugar da ex-presidente Rosarilha Bastos que se afastou por motivos de saúde e deixou um importante legado na área". Os presidentes da ESA/MT, do TED e TDP, assim como todos os presidentes das comissões apresentaram um resumo das suas ações e conquistas durante a reunião.



## Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência participa de sessão

O presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/MT, Carlinhos Teles, participou da sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em Santo Antônio de Leverger, que marcou a fundação da Associação das Pessoas com Deficiência do município, denominada de "MAE". O evento foi promovido pela Câmara Municipal, onde foram abordados assuntos como saúde, transporte, moradia, emprego e renda, acessibilidade, mobilidade urbana e aposentadoria.

Carlinhos Teles ressaltou a luta desenvolvida pelas pessoas com deficiência ao longo de mais de três décadas, enfatizando a produção legislativa neste período, conquistas importantes, como a "lei

de cotas", a "lei da acessibilidade", e a recém-criada "aposentadoria especial" para pessoas com deficiência, por meio da Lei Complementar Federal n. 142/2013, "que em seus artigos preveem a redução do tempo de contribuição para pessoas com deficiência, consideradas graves, moderadas e leves, de 35 anos de contribuição para 25, 29 e 33 anos, respectivamente, se homem e 20, 24 e 28, se mulher".

O presidente da CDDPD afirmou que somente a partir da década de 80, com a participação da sociedade organizada em associações, conselhos e governo, é que se começaram a discutir direitos das pessoas com deficiência e sua efetiva concretização, visando a sua plena inclusão social.

## DIRETORIA

### CDH recebe denúncias da cadeia pública de Vila Rica

A presidente da Comissão dos Direitos Humanos, presidida pela advogada Betsey Miranda, recebeu ofício relatando a precariedade da cadeia pública de Vila Rica e encaminhou a denúncia ao secretário de Estado de Segurança Pública. A denúncia foi feita pelo presidente do Conselho da Comunidade da Execução Penal e advogado Célio Oliveira de Souza Júnior, que, por sua vez, recebeu ofício do delegado de Polícia João Biffe Jr., sobre a situação precária e desumana que os detentos enfrentam. Conforme denúncia, após a interdição parcial da cadeia pública por decisão judicial, os detentos estão sendo levados para a Delegacia, onde cabem pouquíssimas pessoas nas celas, gerando superlotação, além de falta de comida e estrutura para a higiene dos presos.

PCE - Após denúncias feitas pela presidente da Comissão de Direitos Humanos de que visitantes mulheres estariam sendo desrespeitadas na Penitenciária Central do Estado (PCE) quando do momento da revista para adentrar ao estabelecimento, dois servidores foram afastados de suas funções. A informação foi transmitida à advogada pela própria direção da penitenciária. Consta da denúncia que uma das pessoas que faz a revista feminina supostamente teria tentado fazer toque vaginal em uma visitante. “Além deste fato, pessoas que vieram de longe não puderam ficar com seus filhos devido a atitudes dos que orientam as visitas ao criarem empecilhos desnecessários”, declarou Betsey de Miranda.

### Advogados de Itaúba participaram de treinamento

Os advogados e advogadas de Itaúba e região participaram de treinamento sobre as funcionalidades do sistema Apolo Eletrônico, que foi implantado na comarca. A capacitação foi coordenada pela equipe do Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância (Dapi), vinculado à Corregedoria-Geral da Justiça, no fórum do município. Itaúba é a quinta unidade judiciária de Mato Grosso a contar com a ferramenta, que permite que todo o trâmite processual, desde a petição até a sentença, seja feito de maneira 100% online.



## Pré-projeto é resultado de audiência proposta por CSS

**A** audiência pública realizada na OAB/MT para debater os direitos das pessoas que fazem tratamento de câncer em Mato Grosso gerou resultados imediatos. O presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, Fábio Capilé, foi informado que um vereador propôs anteprojeto de lei para isentar os pacientes de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). “Nossa intenção era promover um movimento envolvendo diversas instituições no sentido de ampliar os direitos daqueles que lutam contra essa doença que atinge crianças, adolescentes e adultos”. O anteprojeto foi elaborado pelo vereador por Cuiabá, Faissal Calil, que o enviou ao prefeito Mauro Mendes, a quem compete propor norma relativa a imposto municipal. “Antes de ir para a audiência na OAB/

MT, fui pesquisar leis municipais existentes no país, e essa foi uma das que mais me chamaram a atenção”.

A CSS também se reuniu com representantes da Presidência do Tribunal de Justiça para tratar da atuação conjunta por meio do Comitê de Saúde proposto para buscar melhorias para a saúde pública do Estado. A CSS, em parceria com o Conselho Regional de Medicina (CRM/MT), já se reuniu e conseguiu apoio da Secretaria de Estado de Saúde, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública do Estado, da Procuradoria da República em Mato Grosso e da Vigilância Sanitária. Os magistrados trataram da política de conciliação e conscientização que vem sendo feita visando evitar a judicialização e se comprometeram em indicar um representante para acompanhar os trabalhos do Comitê da CSS.



## Liberada internet na sala da OAB em Sinop

O acesso à internet está liberado novamente nos computadores da sala adjunta da Ordem no Fórum da Justiça Estadual de Sinop porque o serviço estava suspenso desde setembro devido a alterações realizadas pelo Poder Judiciário baseadas na Política de Segurança da Informação. De acordo com o presidente da subseção, Felipe Guerra, assim que foi informada do bloqueio, encaminhou ofício solicitando a retomada do serviço. A OAB/MT, juntamente com a Comissão de Direito Eletrônico, interveio junto ao TJMT para o restabelecimento do serviço. “Encaminhamos um ofício explicando o porquê da necessidade de acesso à internet por parte dos advogados, especi-

ficando, inclusive, quais sites são necessários. Foi solicitada junto a Coordenadoria de Tecnologia da Informação a liberação do acesso, o que gerou um novo procedimento. Porém, no início de outubro fomos informados sobre a impossibilidade de inclusão dos computadores da sala da OAB no Fórum devido à falta de matrícula e senha, reforçando que advogados e funcionários da OAB/Sinop não deveriam possuir esse tipo de acesso”.

Mesmo com a negativa, a subseção insistiu na liberação do serviço alegando que a ausência de internet na sala do advogado implica em limitação ao exercício da advocacia, além de gerar desgastes pessoais entre advogados e funcio-

nários da Ordem e Fórum. “Diante da situação, solicitamos a intervenção da Seccional, que prontamente buscou junto à Presidência do TJMT o que foi atendido, estando os serviços de internet devidamente reestabelecidos. A conexão à rede é fundamental e essencial para a celeridade dos trabalhos advocatícios”, destacou o presidente da OAB/Sinop.

Campanha solidária - A OAB de Sinop, em parceria com a Associação dos Servidores da Justiça da Comarca de Sinop (Asjosp), realizou uma campanha solidária que visa arrecadar roupas, calçados e brinquedos que foram doados a famílias carentes.

CAA/MT

# Colônia de Férias da CAA/MT começa dia 20 de janeiro em Cuiabá



O projeto da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) voltado aos filhos e dependentes dos profissionais da advocacia chega a sua oitava edição, em Cuiabá. Entre os dias 20 e 24 de janeiro, a Colônia de Férias promete fechar com chave de ouro as férias da garotada de seis a 12 anos de idade. Por mais um ano, a UFMT é parceira na coordenação das atividades a serem realizadas na sede da Associação dos Advogados de Mato Grosso

(AA/MT).

Quando perguntado sobre o objetivo da Colônia de Férias, o presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que a ideia surgiu para atendimento a uma demanda dos próprios colegas que encontravam dificuldades em deixar seus filhos e dependentes em segurança durante o recesso escolar. “Mais que um projeto para suprir essa demanda, a nossa Colônia de Férias nasceu diferente. Diferente porque, além das

atividades recreativas, apresenta uma programação que contempla o despertar da cidadania, de forma lúdica”.

Para a 8ª Colônia de Férias, está prevista a realização, de segunda a sexta-feira, de práticas esportivas, aquáticas, recreativas e cívicas. Os diferenciais em relação às edições anteriores ficam por conta das oficinas de culinária e de confecção de máscaras e bandeiras; prática do arco e flecha; mini atletismo e brincadeiras antigas.

A abordagem das

temáticas ambiental e cultural não foi esquecida. Todos os participantes da 8ª Colônia de Férias conhecerão a diversidade da flora regional em visita ao Horto Florestal e terão a oportunidade de mostrar seus conhecimentos durante a gincana temática. A Copa do Mundo em

Mato Grosso – assunto mais comentado no momento – será lembrada durante a festa de encerramento das atividades do projeto da CAA/MT.

## INFORMAÇÕES

**GERAIS** – Podem participar da Colônia de Férias filhos e dependentes de advogados e estagiários da OAB/MT com idades entre seis e 12 anos. O período de inscrição é de 09 a 18 de dezembro e de 07 a 17 de janeiro na CAA/MT ou Estacionamento dos Advogados. A taxa de inscrição é de R\$ 200 (inclusive café da manhã, almoço, lanche e passeio). As atividades serão desenvolvidas na sede da AA/MT de 20 a 24 de janeiro, das 8h

às 18h.

**HISTÓRICO** – A primeira edição da Colônia de Férias foi realizada em julho de 2010, em Cuiabá. Diante da grande aceitação dos pais e, principalmente, das crianças, o projeto seguiu em frente, realizando edições sempre nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Além de Cuiabá, a Colônia de Férias já ocorreu na Subseção da OAB/Barra do Garças. Nas duas edições realizadas este ano, a CAA/MT atendeu 121 filhos e dependentes de advogados e estagiários da OAB/MT. Ao todo, já passaram pelas Colônias de Férias da CAA/MT mais de 320 crianças.



## CAA/MT e OAB/Alta Floresta celebram Natal com doação de brinquedos e alimentos

A Delegada da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) em Alta Floresta, Márcia de Oliveira Souza Alberti, juntamente com a Diretoria da OAB local, entregou, no dia 06 de dezembro, brinquedos e alimentos a instituições filantrópicas. Essa ação encerra, de forma exitosa, a campanha Natal Solidário realizada durante todo o mês de novembro.

“Tivemos a colaboração de advogados e estudantes de Direito e, graças a esse apoio, atingimos nossa



meta”, destaca Márcia de Oliveira Souza Alberti.

Ela conta que os brinquedos arrecadados foram entregues à Casa Pinardi – Funda-

ção Servir e à APAE Alta Floresta. Quanto aos alimentos, esses foram doados ao Lar Santa Luzia – responsável pela acolhida de pessoas com diversos

tipos de necessidades.

A Delegada da CAA/MT adianta que novas campanhas serão organizadas pela Subseção da OAB/Alta Floresta. “Esta-

mos nos programando para que, no próximo ano, arrecademos ainda mais para o ‘Natal Solidário’, atendendo, assim, mais instituições que necessitam”.

Ela adianta que novas campanhas também serão colocadas em prática em 2014 com o objetivo de apoiar outros projetos sociais.



CAA / MT

## Novos convênios são firmados com empresas da região de Pontes e Lacerda

### Caixa de Assistência inicia comercialização de token a R\$ 25



A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) iniciou a venda de tokens por R\$ 25. O novo valor representa uma economia de 64% sobre o preço atual de venda que é R\$ 70. É importante ressaltar que esse desconto aplica-se, SOMENTE, aos 100 primeiros dispositivos adquiridos. O token assemelha-se a um pen drive e é utilizado para o armazenamento da assinatura digital do(a) advogado(a) necessária para o peticionamento eletrônico. Além de conferir maior segurança aos dados nele armazenados, o token é mais prático, uma vez que dispensa o uso da leitora de cartão – item indispensável àqueles que optam pelo armazenamento da assinatura

digital, diretamente, na carteira da Ordem. Os tokens são adquiridos, somente, junto à Minc Certificação Digital - empresa avalizada pela CAA/MT para a validação do certificado digital -, que disponibiliza equipe para atendimento aos advogados na sede administrativa da CAA/MT (anexo à OAB/MT).

**CERTIFICADO DIGITAL** – Até 31 de dezembro, o certificado digital pode ser adquirido a R\$99. O valor promocional é resultado da negociação entre o Conselho Federal da OAB (CFOAB) e a empresa Certisign (responsável pela emissão dos certificados digitais). Após essa data, o certificado digital volta a custar R\$ 115.

**A**ssegurar ao profissional do Direito o retorno de sua anuidade em forma de benefícios. Esse é o objetivo do Programa Anuidade Zero da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) que, a partir de agora, fica mais fortalecido com a inclusão dos novos convênios firmados no município de Jauru – região de Pontes e Lacerda. “Celebramos convênios com empresas dos mais variados segmentos, tudo, visando, sempre, à necessidade de nossos colegas advogados e estagiários”, explica o Delegado da CAA/MT para a Subseção de Pontes e Lacerda, Rainério Spíndola. Ele conta que a possibilidade de atendimento à classe advocatícia foi bem recebida pelos comerciantes da cidade, facilitando a concretização das parcerias entre CAA/MT e os estabelecimentos comerciais. Mesmo tendo sido firmados há pouco tempo, Rainério Spíndola afirma ter conhecimento de que vários advogados estão se valendo do desconto e atendimento personalizado oferecido pelos novos convênios. “Ficou muito bom para a gente aqui”, completa o Delegado da CAA/MT.



**VANTAGENS** – Os convênios firmados pela CAA/MT atendem aos advogados, estagiários e dependentes. Atualmente, a entidade possui mais de 800 empresas e prestadores de serviços que concedem descontos exclusivos. A relação completa e atualizada das parcerias existentes em Mato Grosso e no Brasil está disponível no site da CAA/MT e, anualmente, é enviada a todos os profissionais inscritos na OAB/MT na forma do Guia de Compras e Serviços.

### Confira a relação das novas empresas conveniadas em Jauru:

- |                                   |                         |
|-----------------------------------|-------------------------|
| Auto posto Parati                 | Jauru Hotel             |
| Auto posto Jauru                  | Drogaria Atalaia        |
| Supermercado Bom Preço            | Sys Informática         |
| Auto posto São Cristóvão          | Laboratório Diagnóstico |
| Restaurante e lanchonete Mineiros | Livraria Ipanema        |
| Auto peças Bacana                 |                         |

Que neste Natal...

Esquecendo as tristezas e os problemas que ficaram para trás, encaremos o futuro com muito mais alegria e esperança; acreditando que o mundo pode ser um lugar melhor para todos, façamos a parte que só a nós compete!

Abramos o nosso coração para a beleza e as emoções desta época, valorizando todos aqueles que dão significado especial às nossas vidas.

Relembremos o verdadeiro significado da festa e voltemo-nos para Deus, em busca de reconciliação, fé e graça!

Feliz Natal e Próspero Ano Novo!  
São os votos da Diretoria da CAA/MT  
Gestão 2013-2015

Chegamos ao final de 2013 e esse é mais um momento para refletirmos sobre nossas ações. As conquistas devem prevalecer e devemos nos orgulhar de cada uma, pois são elas que nos motivam a trilhar o caminho do bem.

Que o Natal e o Ano Novo sejam momentos de estreitar o elo com a família, renovar a força e a coragem e olhar para a frente objetivando novas vitórias e realizações.

Feliz Natal e Próspero 2014!

São os votos da diretoria da OAB/MT  
a todos os advogados e advogadas

A aprovação das contas do Exercício 2012 com louvor pelo Conselho Federal, sendo a Seccional Mato Grosso citada como modelo para o sistema OAB (ver notícia completa na página 4), a aprovação das férias para os advogados junto aos Tribunais de Justiça, do Trabalho e Eleitoral e muitas outras conquistas coroaram o ano de 2013 como um reconhecimento do trabalho sério e transparente da Diretoria da OAB/MT. “Chegamos ao final do primeiro ano de mandato com um extenso trabalho que só foi possível com a união de todos. Temos muitos resultados positivos, apesar de ainda haver obstáculos a serem transpostos. Mas, há dois anos pela frente. Acreditamos que a caminhada será longa, porém, profícua. Afinal, a OAB/MT é constituída não apenas pela sua Diretoria, mas também pelos conselheiros federais e estaduais, pelas 29 Subseções, Comissões Temáticas, Tribunais de Defesa das Prerrogativas (TDP) e de Ética e Disciplina (TED), Escola Superior da Advocacia (ESA), Ouvidoria, Caixa de Assistência (CAA) e por sua Procuradoria”, consignou o presidente Maurício Aude.

**Férias dos advogados** - Um dia para ficar marcado na história da advocacia mato-grossense. Essa foi a frase mais comentada pelos advogados presentes na sessão administrativa do TJMT de setembro de 2013, na qual o Pleno do órgão aprovou, por maioria, o pedido de férias feito pela diretoria da OAB/MT, compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2013 a 20 de janeiro de 2014. O presidente da Seccional, Maurício Aude, elogiou o trabalho do vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Welder Queiroz, que elaborou a petição a ser encaminhada aos tribunais com profunda fundamentação jurídica. Já o presidente do TRT/MT, des. Tarcísio Valente, atendeu de imediato o pedido da OAB/MT concedendo a suspensão dos prazos processuais e regimentais entre 7 a 19 de janeiro de 2014 (após o recesso forense de 20/12/13 a 6/1/14). Nesse período não haverá expedição de intimações aos advogados e partes, nem a realização de audiências e sessões de julgamento das Turmas e do Tribunal Pleno.

**Novo corregedor-geral** - O Conselho Seccional da OAB/MT empossou o conselheiro estadual Luiz Carlos Rezende como o novo corregedor-geral na sessão de setembro de 2013 com toda a diretoria e conselheiros presentes. “Colaborar com a instituição e auxiliar os advogados nesse cargo tão sublime. Esta é uma missão e nós deixamos nossos lares, nossos escritórios para cuidar dos interesses coletivos e



**Seccional quer mais recursos para TJMT e Defensorias**

# Diretoria encerra ano com elogios do CFOAB pela transparência e seriedade



**Justiça em Números do CNJ preocupa**

conto com a colaboração de todos”.

## OUTRAS AÇÕES

Reuniões com as diretorias dos Tribunais de Justiça e do Trabalho sobre Projudi e PJe e a falta de estrutura nas comarcas da justiça estadual; encaminhamento de pleitos das Subseções da OAB que geraram resultados em diversas comarcas; reestruturação de Salas dos Advogados; pedido de nomeação de delegados de polícia; intermediação de greves; ações judiciais em defesa de advogados e advogadas cujas prerrogativas foram desrespeitadas; participação em audiência pública que debateu a reforma do Código Penal Brasileiro que tramita no Senado para inserção no texto legal da criminalização das prerrogativas dos advogados; mandados de segurança em face de órgãos federais que impediam ou dificultavam obtenção de cópias; participação na manifestação popular contra a corrupção e a realização de desagravos públicos na defesa da advocacia mato-grossense são apenas alguns trabalhos desen-

volvidos e que terão continuidade em 2014. Confira a seguir as principais conquistas e ações:

**Assistência na Defesa de Honorários** - Entre outras vitórias garantidas aos advogados e advogadas, pela primeira vez a OAB/MT conquistou junto ao Tribunal de Justiça o direito de figurar como assistente simples em processo na defesa dos honorários advocatícios, sendo a conquista fruto da proposta da diretoria ao criar no início do ano a Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios para defender com mais afinco e técnica os profissionais que tivessem seus honorários aviltados. A decisão foi prolatada, à unanimidade, pela Segunda Câmara Cível, composta pelas desembargadoras Maria Helena



**OAB/MT conquista direito de férias a advogados**



**Falta de defensores gera cumulação de processos**

## Barra do Bugres tem nova Sala da OAB/MT



Gargaglione Póvoas, Marilsen Andrade Addario e Clarice Claudino da Silva.

Representantes da OAB/MT se reuniram com o senador Jayme Campos para pedir apoio para a instituição de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. O senador era relator na Comissão de Assuntos Sociais do Projeto de Lei da Câmara nº 33/2013, que prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho e foi aprovado na Câmara. A proposta também veda a condenação recíproca e proporcional da sucumbência. A diretoria também saiu em defesa dos defensores públicos em sua campanha nacional pela derrubada do veto ao PLP 114/2011, que dava autonomia ao órgão; e também aos pleitos dos procuradores do Estado em relação à busca por melhores condições de trabalho, interiorização e assuntos voltados à responsabilidade dos procuradores pareceristas.

**Outras decisões pró-honorários** - A diretoria também conseguiu junto ao TRF1 o indeferimento do Agravo de Instrumento interposto pela União que buscou reverter decisão do Mandado de Segurança impetrado pela OAB/MT que suspendeu inquérito civil em face de advogados de Sinop. A OAB/MT impetrou MS contra um procurador da República requerendo a suspensão de inquérito civil público instaurado para apurar eventual abusividade de advogados de Sinop na cobrança de honorários nas causas perante o Juizado Especial Cível Federal. Após a Ordem obter êxito na liminar, a União interpôs agravo de instrumento para suspender a decisão. O desembargador federal Novély Reis negou seguimento “porque honorários advocatícios decorrem de contrato de prestação de serviços entre advogado e cliente e não há nem poderia haver nenhum limite legal para a remuneração de serviços prestados por profissionais liberais (advogados, médicos, dentistas)”.

Outra conquista foi a liminar concedida pelo CNJ ao Conselho Federal da OAB, a pedido da OAB/MT, suspendendo provimento da Corregedoria-Geral da Justiça que autorizava conciliações por

notários e registradores. A decisão da conselheira Gisela Ramos considerou que a CGJ “extrapolou sua competência ao estabelecer regras de registro público e de processo e procedimento, inovando a ordem jurídica por meio de instrumento inapto”.

**Novo valor para URH** - O Conselho Seccional Pleno aprovou o novo valor da Unidade Referencial de Honorários, majorada para R\$ 700, promovendo a valorização dos honorários advocatícios. A tabela atualizada está publicada no site www.oabmt.org.br. O aumento em 2013 foi de 33,53%. O valor da URH é atualizado anualmente pelo INPC no primeiro dia do mês subsequente ao aniversário de sua aprovação, conforme Resolução nº 096 de 27 de julho de 2007. Porém, a atualização foi realizada acima do referido índice (que gira em torno de 5%) já que este não refletia a realidade brasileira de outros reajustes que alcançaram percentuais maiores. A URH é o padrão utilizado para a fixação dos valores cobrados pelos advogados a título de honorário. Para exemplificar: consulta ou parecer de alta complexidade equivale a, no mínimo, 10 URH's que correspondem a R\$ 7 mil.

**Recusa de nomeação como dativos** - A diretoria da OAB/MT e o Conselho Pleno recomendaram, a critério dos advogados privados, a não aceitação de nomeações futuras como dativos garantindo que a recusa “não constitui infração ético disciplinar, tendo em vista que o descumprimento da lei não pode ser atribuído aos advogados e advogadas que atuam dativos”. “A atuação dos advogados dativos gera uma situação cômoda para o Estado que não investe na Defensoria Pública e não arca com o pagamento justo dos honorários dos advogados nomeados. Nós apresentamos à PGE proposta de convênio para pagamento administrativo”, ressaltou o presidente da OAB/MT, Maurício Aude. A Defensoria Pública foi obrigada a fechar 19 postos de atendimento no interior e o aporte financeiro de R\$ 5 milhões ofertados pelo Estado será utilizado para pagamento de dívidas.

## Conselho mantém valor da anuidade para 2014

## Cartas apontaram problemas e sugestões em Colégios de Presidentes

A inadmissibilidade de atos que ofendem as prerrogativas da advocacia por parte dos poderes constituídos, com campanhas preventivas; a reafirmação da garantia aos estagiários de participar dos atos privativos dos advogados, desde que acompanhados; a intensificação do combate ao aviltamento de honorários e a elaboração de tabela para garantir melhores condições aos advogados correspondentes; o debate quanto à fixação de indenizações por danos morais com baixos valores e gestões para agilizar a liberação de alvarás junto ao Poder Judiciário; e o apoio à

Campanha Outubro Rosa foram algumas das deliberações do 2º Colégio de Presidentes de Subseções da OAB/MT, reunidos em Rondonópolis. O intenso combate a atos de ofensa às prerrogativas; lutar por mais juizes e servidores da Justiça Estadual; requerer junto ao CNJ o aprimoramento do sistema de plantão do Judiciário; requerer protocolo físico do TRT/MT após fim do expediente devido a inconstâncias de internet e estimular ações em melhoria do ensino jurídico, foram alguns dos temas apontados na Carta de Tangará da Serra. Os encontros com

toda a diretoria da OAB/MT e presidentes das 29 subseções também tiveram explicações sobre a transparência que a gestão vem apresentando com a publicação dos relatórios de receitas e despesas; painéis sobre honorários advocatícios, o projeto OAB/MT 80 anos, as ações da ESA/MT, processos ético-disciplinares pelo TED e as atuações em defesa das prerrogativas pelo TDP. Presidentes de subseções elogiaram a atuação e reiteraram seu apoio para ampliar os trabalhos e serviços aos advogados e advogadas do Estado.

## RETROSPECTIVA 2013

**Salas do Advogado** – Com a finalidade de proporcionar aos advogados e advogadas melhores condições de trabalho, a OAB/MT reformulou a sala localizada no Fórum de Cuiabá com obras de alvenaria, adequação dos banheiros, substituição de toda rede de iluminação e colocação de rodapés. Hoje o espaço conta com três ambientes, sendo uma secretaria, uma sala de espera de audiências e uma sala com 16 divisórias com computadores. Também foi reformulada a Sala do Advogado do Fórum de Chapada dos Guimarães com novos equipamentos de informática, internet, fotocopiadora, dentre outros.

Mandados contra Ibama, Incra e Intermat – A Procuradoria Jurídica da OAB/MT impetrou três mandados de segurança com pedido liminar no TRF1 contra atos do presidente e superintendente do Ibama e superintendente do Incra, e junto ao Tribunal de Justiça, contra superintendente do Intermat, para garantir aos advogados o livre acesso aos processos em trâmite nos respectivos órgãos. A diretoria e o TDP se reuniram diversas vezes com os representantes das instituições, sem êxito, por isso a decisão de ingressar com a medida judicial.

**Melhorias na Justiça Estadual** – Por duas ocasiões o Conselho Seccional pode

interpelar o presidente do Tribunal de Justiça em sessão realizada na Escola Superior de Advocacia. O convite foi feito pela Diretoria da OAB/MT ao desembargador Orlando Perri, que compareceu nas sessões de janeiro e dezembro de 2013. A diretoria da Ordem também se reuniu com o governador do Estado para defender maior estrutura para o Poder Judiciário e Defensoria do Estado. Porém, durante todo o ano os diretores da Seccional, acompanhados de representantes das subseções e advogados do interior e também presidentes de comissões, estiveram tanto na Presidência do TJMT como na Corregedoria-Geral da Justiça e diretoria dos foros para tratar dos mais diversos assuntos relativos à estrutura do Poder Judiciário.

Um desses encontros ocorreu entre a OAB/MT, Comissões, TDP e diretoria do Foro de Cuiabá para tratar da descentralização do Protocolo e apresentaram projeto para aumentar as vagas privativas para os advogados bastando retirar os canteiros existentes. Os advogados que atuam no júri conquistaram o direito de estacionar em vaga interna do Fórum de Cuiabá quando estiverem em plenário, a pedido do secretário-geral adjunto da Seccional, Ulisses Rabaneda. Quanto ao setor do Protocolo, foi designado mais servi-

dor para atender e desfogar as filas.

**A OAB/MT também oficiou e foi atendida pela Corregedoria-Geral da Justiça** para alterar procedimento oficioso adotado na 1ª Vara de Direito Bancário da Comarca de Cuiabá que limitava acesso dos advogados a cinco processos por visita à serventia. Também a pedido da Ordem, o corregedor-geral da justiça revogou ordem de serviço que proibia gestores e servidores de transmitir informações processuais por telefone a advogados e jurisdicionados de São Félix do Araguaia.

As dificuldades dos advogados com as instabilidades do portal do Judiciário e com o Projudi também foram alvos de muitos encontros para buscar soluções para as inconsistências no site do TJMT que ocorriam no início do ano e eram provocadas pela oscilação da energia. Os advogados pediram que fossem informados da suspensão dos prazos processuais quando o sistema apresentar instabilidade.



### Seccional requer mudanças de procedimentos



### OAB/Lucas requer elevação de comarca

**Atuação na Justiça do Trabalho** – A parceria da OAB/MT com o TRT/MT foi essencial para aprimoramento do PJe e os procedimentos nas varas de trabalho de todo o Estado. Foram oferecidos cursos sobre o sistema, a Seccional contratou e treinou estagiárias para orientar os advogados na Sala da OAB/MT no TRT/MT. Ainda no Tribunal do Trabalho, o presidente da Ordem, Maurício Aude, conversou com novos juizes trabalhistas do TRT/MT e o des. Edson Bueno durante o curso de formação, abordando a necessidade do respeito às prerrogativas dos advogados.

Problemas como petições que desaparecem do sistema ou aparecem em branco no dia da audiência foram expostos no início do ano ao TRT/MT, com a participação de membros das Comissões de Direito do Trabalho e de

Direito Eletrônico, cujo presidente Eduardo Manzeppi, é membro do Comitê do PJe-T no Tribunal e também no Conselho Federal da OAB e colaborou para a resolução destas e outras inconsistências. Entre os pedidos atendidos pela OAB/MT, o TRT/MT recomendou aos magistrados que forneçam cópia impressa da ata de cada audiência às partes enquanto o PJe não disponibilizar de forma imediata e online o ato processual.

**Atuação na área previdenciária** - A vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, a

presidente da Comissão de Direito Previdenciário, Camila dos Santos, e a conselheira estadual e a conselheira estadual Tânia Faiad apresentaram pessoalmente importantes reivindicações ao ministro da Previdência Social em maio de 2013, como melhor atendimento dos advogados nos guichês das unidades do INSS do Estado. “Sugerimos um procedimento unificado a exemplo do que é feito no INSS de Rondonópolis com guichê para os que precisam ter acesso a dezenas de processos ou documentos de uma só vez”, relatou Cláudia Aquino.



### Acesso de advogados no Fórum da capital pode melhorar



### OAB/MT impetra mandados contra Ibama, Incra e Intermat

RETROSPECTIVA 2013

# Recorde de público marca ações da ESA/MT



## Quinta Jurídica dissemina conhecimento

te. “Queremos firmar convênio com universidades e transmitir cursos dentro das instituições de ensino, o que nos foi permitido. Combinamos também com a AASP de fecharmos cursos nas áreas ambiental, penal, empresarial, dentre outras”, frisou Marcelo Theodoro.

**M**ais de 7 mil participações em diversos cursos presenciais e telepresenciais, além de congressos, palestras, pós-graduações e projetos como o “Quinta Jurídica” marcou o primeiro ano da Gestão 2013/2015 da Escola Superior de Advocacia, eventos realizados em parceria com a OAB/MT, a Caixa de Assistência dos Advogados e as Comissões Temáticas. Para o presidente da ESA/MT, Bruno Castro, o recorde de público superou as expectativas e colocou a Escola entre as primeiras de todo o país em número de participações. Em 2012, dados divulgados da Escola Nacional apontaram a ESA/MT como quarto lugar. “Os números oficiais ainda não foram divulgados, mas certamente já crescemos nesse ranking. Por isso, agradeço todo o apoio das diretorias da Secional, Caixa e das Comissões que trabalharam com afinco para que cada evento fosse único”.

### CONFIRA ABAIXO UM RESUMO DOS EVENTOS

**Contrato com Mackenzie para MBA** - Uma das principais conquistas de 2013 foi a parceria firmada entre a ESA/MT e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, que em 2014 oferecerá o primeiro curso de MBA em Direito Empresarial e Tributário, para uma turma com, no mínimo, 40 participantes, em Cuiabá. O presidente da Escola, Bruno Castro, informou que o objetivo da capacitação será aprofundar o conhecimento teórico e prático, e desenvolver atitudes reflexivas e críticas sobre as novas perspectivas jurídicas da área. “Essa

parceria é inédita e representa mais um avanço em prol da advocacia mato-grossense, pois a partir desse convênio teremos a possibilidade de trazer à Cuiabá outros cursos”. A ESA/MT e a Mackenzie se reuniram em São Paulo no fim de abril de 2013, quando assinaram um protocolo de intenções para os trabalhos.

**Participações nacionais** - Em reconhecimento da atuação da Escola de Mato Grosso, o presidente da ESA/MT, Bruno Castro, foi nomeado para integrar a Comissão Nacional de Educação Jurídica do Conselho Federal, indicado pela diretoria e conselheiros federais da OAB/MT. E a secretária-geral da ESA/MT, Fabiana Curi, foi designada para compor o Conselho Consultivo da Escola Nacional da Advocacia, dirigido pelo conselheiro federal da OAB por Sergipe, Henri Andrade. A advogada também assumiu como membro efetivo da OAB Editora.

**Parceria ESA/MT e AASP** - O presidente da ESA/MT, Bruno Castro, e o coordenador pedagógico da ESA/MT, Marcelo Antônio Theodoro, visitaram a ESA/SP e a Associação dos Advogados daquele Estado para propor novos projetos em Mato Grosso. “A ESA/SP certifica seus cursos por força de uma lei estadual que autoriza a Secretaria Estadual de Educação a permitir a referida certificação. Solicitamos o número da lei e as resoluções da Seduc/SP para tentarmos algo semelhante aqui em Mato Grosso”, explicou Bruno Castro. A intenção da ESA/MT é levar a antena retransmissora de cursos para todas as subseções da OAB/MT, o que vem ocorrendo gradativamente.

**Aula magna com doutrinador nacional** - O auditório da OAB/MT ficou lotado em março de 2013 para a aula magna da ESA/MT com o doutrinador Humberto Theodoro Júnior e para a posse da nova diretoria da ESA/MT. O jurista fez um percurso histórico acerca do Direito Processual Civil e destacou como marco para o início da modernização do processo civil os valores na Declaração Universal de Direitos Humanos e, no Brasil, a passagem do estado de direito para Estado Democrático de Direito, em especial, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

**Homenagem a constituintes pelos “25 anos da CF”** - Homenagens aos deputados que representaram Mato Grosso na Assembleia Nacional Constituinte em Brasília em 1988 marcaram a abertura do evento “25 anos da Constituição Cidadã” na OAB/MT, com a participação de cerca de 300 pessoas. Entre os organizadores estavam a Comissão de Estudos Constitucionais, UFMT e Unic, Centro Acadêmico VIII de Abril. Os ex-deputados federais constituintes presentes Ubiratan Spinelli, Joaquim Sucena, Osvaldo Sobrinho e Rodrigues Palma receberam a homenagem das mãos do presidente da OAB/MT, Maurício Aude.

O presidente da ESA/MT, Bruno Castro, agradeceu aos parlamentares pela representação junto à Assembleia Nacional, que entre os anos de 1987 a 1988 organizaram a nova Constituição Federal, que restabeleceu a democracia no país, assegurou direitos fundamentais e, em especial, reconheceu o advogado como indispensável à administração da Justiça (artigo 133).



Contrato com Mackenzie para MBA



Homenagem a constituintes pelos “25 anos da CF”

## RETROSPECTIVA 2013

**Juristas renomados abordam “10 anos do Código Civil”** - A ESA/MT realizou o evento “10 anos de vigência do Código Civil e as tendências do Direito Privado” em abril de 2013, que contou com palestrantes de renome nacional e internacional. O evento foi organizado em parceria com a Comissão de Direito Civil e Processo Civil. Entre os palestrantes estavam o professor da UFMT Valério Mazzuoli e Andrea Marighetto. Foram lançados os livros “10 Anos do Código Civil: desafios e perspectivas”, com o coordenador Paulo Magalhães Lessa e o coautor Welder Queiroz dos Santos; e “Acesso ao contrato: Sentido e extensão da função social do contrato”, com o autor Andrea Marighetto.

**Ministros do TST fazem palestra** - Mais de 560 inscritos, um recorde de público, prestigiaram as palestras sobre “O dano moral na visão dos ministros do TST”, com os ministros Alexandre Belmonte, Walmir da Costa e Guilherme Caputo Bastos. O presidente da ESA/MT, Bruno Castro, frisou que esse resultado se deve a um trabalho coletivo entre a Escola, a Ordem, a Caixa e as Comissões, os quais colaboram com o projeto “Quinta Jurídica” e destacou parceria firmada com a Mackenzie para oferecer a primeira especialização em Direito Empresarial e Tributário.

**Curso sobre RE e Resp agrada advogados** - Foi realizado em março de 2013 a segunda edição do curso de extensão sobre “Recurso Especial e Extraordinário – Métodos de interposição e abordagem sobre os recursos repetitivos”, ministrado na ESA/MT pela professora Luciana Monduzzi. O evento foi organizado em parceria com a Cojad, Comissão de Direito Civil e Processo Civil e do TJMT. Foram três dias de capacitação e o objetivo foi mostrar as diferenças e peculiaridades de

### Agilização em processos ético-disciplinares



### Estudo analisará mestrado na ESA/MT

ambos os recursos, os quais têm altos índices de inadmissibilidade nos tribunais superiores. A explanação agradou tanto que foi interiorizada e o mesmo curso foi realizado na Subseção de Tangará da Serra. Conforme o presidente da ESA/MT, Bruno Castro, o curso pode ser levado a outras subseções, bastando requerer à escola, que verificará disponibilidade da profissional.

**Recursos trabalhistas** - A ESA/MT e a Comissão de Direito do Trabalho da OAB/MT,

em parceria com a Escola Judicial do TRT/MT, também realizaram palestras sobre “Os pressupostos de admissibilidade do Recurso Ordinário” e “Pressupostos de admissibilidade do Recurso de Revista e suas especificidades práticas”.

**Parceria com Escola do Ministério Público** - O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, e o presidente da ESA/MT, Bruno Castro, firmaram parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso para ampliar o número de cursos ofertados aos advogados e advogadas. Entre os destaques estão a concessão de desconto de 5% para os profissionais inscritos na Ordem e a realização do Curso de Especialização em Direito Eleitoral e Improbidade Administrativa, ocorrido em agosto de 2013. A parceria é fruto do trabalho dos membros da Comissão de Direito Eleitoral, presidida pelo advogado Silvio Teles.

**Advogados multiplicadores do PJe** - A secretária-geral da ESA/MT, Fabiana Curi, o presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Marcos Avallone, o presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi, e o integrante da Codel, Raphael Naves Dias, participaram do Curso Nacional de PJe para Multiplicadores, realizado no Conselho Federal da OAB



### Aula magna com doutrinador nacional

## RETROSPECTIVA 2013

### **Quinta Jurídica dissemina conhecimento -**

Uma parceria inédita foi iniciada pela ESA/MT e OAB/MT junto à UFMT, Unic e Univag: o Projeto Quinta Jurídica, que consiste em palestras todas as quintas-feiras voltadas aos advogados, advogadas, estagiários e acadêmicos de Direito. Os presidentes da Ordem e da Escola, Maurício Aude e Bruno Castro, reuniram-se com os representantes dos Centros Acadêmicos da UFMT, da Unic e do curso de direito do Univag. Ao todo foram 27 palestras com advogados e convidados de Mato Grosso e outros Estados, sendo que em grande parte delas o auditório da Seccional ficou lotado. Foram abordados temas nas áreas de Direito Penal, Civil, Tributário, Administrativo, Propriedade Intelectual, Defesa do Consumidor, Direito Ambiental, Municipal, do Trabalho, Juizados Especiais, Agronegócio, Processo Eletrônico e também sobre Honorários Advocatícios, ética e prerrogativa profissional.

**Temas previdenciários em debate -** Entre as palestras também oferecidas foi abordado um tema polêmico no ordenamento jurídico: “Prática da Desaposentação e Desaposentação às Aversas” com a doutrinadora e advogada Juliana de Oliveira Xavier Ribeiro. Ela orientou os que atuam na área terem muita cautela ao ingressar com uma ação de desaposentação diante da insegurança jurídica que existe atualmente quanto aos direitos do segurado de terem ou não que devolver os valores recebidos, acerca dos prazos e direitos garantidos. Outro tema de grande interesse foi “A pensão por morte no regime próprio de previdência social”, com o advogado Bruno Martins. O diretor da ESA/MT, Dejango Campos, ressaltou que esse fato demonstra que a Escola está atenta às necessidades dos advogados e advogadas e se dispõe a



**Quinta Jurídica dissemina conhecimento**



**Quinta Jurídica dissemina conhecimento**



**Temas previdenciários em debate**

oferecer palestras e cursos de qualidade.

**Palestras no interior –** A ESA/MT expandiu seu trabalho pelo interior do Estado seja promovendo palestras ou mesmo como parceira em eventos de faculdades locais, promovendo o conhecimento e a ampliação da capacitação

de advogados, advogadas e acadêmicos. Conforme Bruno Castro, a Escola esteve nos municípios de Cáceres (por três vezes), em Barra do Garças (quatro vezes), Tangará da Serra (quatro vezes), em Rondonópolis, Nova Mutum, Araputanga, Alta Floresta, Sinop e Primavera do Leste.



**Palestras no Interior**

**Ferramentas tecnológicas para advogados**  
Gratuitas por 6 meses a 2 anos

saiba mais em  
[www.promad.adv.br](http://www.promad.adv.br)

**RETROSPECTIVA 2013**

# Atuações do TDP em Mato Grosso geram resultados

**E**m Cuiabá, a diretoria do TDP atuou incansavelmente em prol dos advogados. Exemplos são as constantes reuniões dos membros do tribunal com representantes do Ibama, Polícia Militar, Intermat, Procuradoria da Fazenda Nacional, INSS, Sema, Justiça Estadual, dentre outros órgãos, com a finalidade de resguardar suas prerrogativas profissionais. O ano foi finalizado com o desagravo aprovado em tempo recorde – um dia – no Conselho Federal da OAB diante da ofensa proferida por um promotor de Justiça (ver matéria de capa). Porém, desde o início de 2013 foram realizados desagravos públicos que movimentaram a advocacia na capital e no interior nas mais diversas situações, como será relatado abaixo.

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/MT, Luiz da Penha, e o procurador jurídico da Seccional, Marcondes Novack, participaram do I Encontro Nacional de Defesa das Prerrogativas, realizado pelo Conselho Federal da OAB, que reuniu a Procuradoria Nacional de Defesa de Prerrogativas, a Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, as Procuradorias Seccionais e as Comissões Seccionais.

**DESAGRAVOS REALIZADOS E APROVADOS**

**CGPM/MT** - As diretorias da OAB/MT e do TDP abriram 2013 com ato de desagravo público em frente ao Comando-Geral da Polícia Militar, em Cuiabá, em favor dos advogados Marco Antonio Magalhães e Ione Ferreira Castro, agredidos e detidos quando tentaram defender estudantes da UFMT presos durante protesto em março. O presidente da Ordem, Maurício Aude, enfatizou que o desagravo não foi contra a Polícia Militar, mas sim alguns policiais que comandaram a ação com truculência, impedindo o trabalho dos advogados, dos estudantes e da imprensa. O secretário-geral, Daniel Teixeira, leu o voto do relator do processo de desagravo proposto pelo TDP, conselheiro estadual Pedro Verão. O presidente do TDP, Luiz da Penha, destacou que enquanto houver violação das prerrogativas dos advogados e advogadas, a OAB/MT e o TDP não se calará. A OAB/MT, TDP e Comissão de Direito Penal e Processo Penal requereram cópia da ficha funcional com os anexos fotográficos dos integrantes da guarnição que participaram da operação. O TDP oficiou o Governo, a Secretaria de Segurança Pública, as Corregedorias das Polícias Militar e Civil, do Comando-Geral da PM e a diretoria da Polícia Civil para providências.

A advogada Ione Castro agradeceu a OAB/MT e desejou que esse episódio sirva de lição para que práticas similares não se repitam. O advogado Marco Magalhães consignou que “o consolo é saber que na solidão do nosso exercício temos uma entidade respeitada e que respeita e defende os advogados. Quando fui defender a colega Ione, naquele momento também me senti afrontado, mas tive coragem de comunicar o TDP porque sabia que não ficaria omissos”.



*Desagravo em Pontes foi um dos maiores do Estado*



*Desagravo de advogada tem apoio do Conselho Federal*



*Desagravo no CGPM/MT defende atuação de advogados*

## RETROSPECTIVA 2013



### *Desagravo é aprovado em defesa de advogados*

**Comodoro** – Este desagravo contou com a participação do presidente do Conselho Federal da OAB na sede da Seccional. A advogada foi defendida por ter sido presa após ser acusada por uma promotora de justiça e por um juiz da Comarca de Comodoro de envolvimento com quadrilha de assalto a agências bancárias. O presidente do CFOAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, ressaltou que ao desagravar a advogada mato-grossense “estamos desagravando toda a advocacia. Temos de enaltecer que a OAB/MT não está omissa porque tem o TDP célere, efetivo e merecedor de aplauso e inspiração para que seja

criado em outras seccionais”, falou colocando-se à disposição para entrar com representação no CNJ e CNMP. O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, endossou as palavras do presidente do Conselho Federal e enfatizou o trabalho do TDP. “É por meio da incansável atuação da diretoria do TDP que obtivemos resultados como esse”. Os relatores do processo no TDP foram os conselheiros estaduais pela OAB/MT Pedro Martins Verão e Valber Melo. A advogada reconheceu o trabalho da OAB/MT e do TDP. “Agradeço pela atuação da Ordem e fico satisfeita, pois na hora em que mais precisei, a instituição me atendeu”,

resumiu. O advogado dela, Luciano Augusto Neves, também agradeceu. “Quando liguei para o telefone de plantão, em menos de 30 minutos, integrantes do TDP compareceram à sede do Gaeco. Por isso, esse desagravo vem como forma de resguardar os dias e noites em que passamos defendendo nossos clientes e a OAB/MT não foi omissa, sempre atuou na defesa das prerrogativas dos advogados e, em nome do presidente Luiz da Penha Correa, elogio a dedicação atribuída ao caso”.

**Pontes e Lacerda** – Um dos maiores desagravos registrados na

história da OAB/MT foi realizado na OAB/Pontes e Lacerda, com a diretoria da Seccional, do TDP e advogados de toda a região, em frente à Câmara de Vereadores. Assim que a OAB/Pontes notificou a Ordem da ofensa proferida por um vereador a Presidência remeteu a denúncia ao Tribunal de Defesa das Prerrogativas para instaurar o processo de desagravo em favor da presidente da Subseção, Janete Garcia Valdez, e da advocacia da região cuja aprovação foi unânime junto ao Conselho Seccional. O membro do TDP, Ademar Franco, fez a leitura do voto emitido pelo advogado Pedro Verão. O vereador,

na tribuna da Câmara, ofendeu a presidente da Subseção e toda a advocacia ao chamar os advogados de “frouxos”, depois da não realização de uma audiência, na Justiça Estadual, em que ele era testemunha. Luiz da Penha fez a leitura do ato de desagravo. Janete Garcia Valdez disse que se indignou pela classe porque está há 25 anos na OAB/MT e não admite ofensas às suas prerrogativas. “A OAB/MT é forte, tem importância porque estamos nela. A nossa humildade não significa fraqueza”.



### *Desagravo é aprovado em defesa de advogados*

## RETROSPECTIVA 2013

**Garantã do Norte** - O Conselho Seccional da OAB/MT aprovou também a realização de um desagravo público em desfavor de um juiz estadual, um promotor de justiça e uma servidora do Fórum de Garantã do Norte em razão de ofensas deferidas em face de um advogado da comarca, acusado e condenado por desacato apesar da falta de provas.

O desagravo foi aprovado junto ao Tribunal de Defesa das Prerrogativas, cujo relator foi Breno Augusto Pinto de Miranda.

**Defesa de advogada** - O TDP atuou em defesa de uma advogada de Tangará da Serra que denunciou o delegado de polícia do município por ter violado direito de atender seu cliente reservadamente. A profissional compareceu à Delegacia para acompanhar o interrogatório, porém, o delegado havia começado o reconhecimento pela vítima. Ela se recusou porque o ato já tinha iniciado e, apesar disso, o delegado fez constar que ela conversou com o cliente na ata.

O relator da denúncia no TDP, Eduardo Guimarães, encaminhou o caso para a Procuradoria Jurídica da OAB/MT para interposição da competente ação mandamental, visando assegurar o cumprimento do Estatuto e para representar criminalmente por abuso de autoridade se entender cabível.

A cópia na íntegra dos autos foi encaminhada ao delegado-geral da Polícia Civil.

**Providências contra policial** - O presidente do TDP, Luiz da Penha, e o membro Vilson Nery, pediram providências ao corregedor-geral da Polícia Militar contra um policial de Rondonópolis que violou as prerrogativas de um advogado. A OAB de Rondonópolis relatou que o advogado tentou acompanhar a conversa com seu cliente detido por suposto desacato à autoridade e o policial teria, de forma grosseira, tentado fechar a porta à força. Ao comunicar um tenente e requisitar solução pacífica, o advogado foi desrespeitado verbalmente. O presidente do TDP entregou ao corregedor-geral da PM a representação em desfavor do policial militar e requereu medidas.

**Reunião com comandante da PM** - A diretoria da OAB/MT, o TDP e a Comissão de Direito Penal e Processo Penal se reuniram com o comandante-geral da Polícia Militar em fevereiro de 2013 para contribuir na melhoria do relacionamento entre advogados criminalistas e policiais. “Propusemos criar comissão mista e que a PM nos permita a ter espaço na academia para tratar de prerrogativas”, informou o presidente da Seccional, Maurício Aude. Foi entregue ao comandante-geral um exemplar do manual de prerrogativas dos advogados. “Quando houver conflitos, esperamos que tudo seja resolvido da melhor maneira”, ressaltou o presidente do TDP, Luiz da Penha. Já o presidente da CDPPP, Waldir Caldas, ressaltou que



### *Suspenso inquérito contra advogados de Sinop*

“é importante que o advogado tenha acesso ao cliente desde a lavratura do boletim de ocorrência”.

**Operações da PF** - Visando garantir as prerrogativas profissionais de um advogado durante a Operação Miquéias da Polícia Federal em Cuiabá, o presidente do TDP, Luiz da Penha, e o membro Marco Antônio dos Santos, acompanharam o cumprimento dos mandados de busca e apreensão e a oitiva do profissional para garantir de que seriam respeitadas as prerrogativas previstas no Estatuto da Advocacia e da OAB, em especial, no que tange à inviolabilidade do escritório de advocacia. Esta situação se repetiu em todas as operações realizadas durante o ano pela Polícia Federal e o Gaeco.

**Garantidas prisões domiciliares** - A OAB/MT, por meio de sua Procuradoria Jurídica, conseguiu obter a segunda prisão domiciliar para um advogado acusado de ter descumprido medidas protetivas deferidas em prol de uma mulher, cujo pedido de prisão foi formulado pelo Ministério Público.

O secretário-geral adjunto da Ordem, Ulisses Rabaneda, acompanhou para que o advogado cumprisse a ordem cautelar em prisão domiciliar em virtude do Estado não dispor de salas de Estado-Maior. Após atuação do TDP e da OAB de Primavera do Leste, o juiz concedeu prisão domiciliar a outro advogado acusado por corrupção ativa, extorsão e tráfico de influência e sua prisão foi acompanhada pelo presidente da subseção, Nelson Manoel Júnior, o presidente da Comissão de Defesas das Prerrogativas, Marcos Nascimento, e o advogado Dorival Rossato Júnior para garantirem ao profissional o direito de ter sua prerrogativa respeitada.

**Liminar em face do Ibama e Incra** - A Procuradoria Jurídica da OAB/MT obteve liminar favorável junto ao TRF1 para que os profissionais tenham os direitos de obter cópias e vista dos autos em trâmite no Ibama. O pedido foi feito após o TDP ter recebido diversas reclamações de advogados. Antes o órgão só liberava mediante requerimento para vista ou cópia de processo ou documentos, por meio de formulário padrão, pedindo três dias úteis para ser análise. Após recolhida a taxa, a cópia era fornecida conforme Instrução Normativa nº. 2/2013.

E no Incra, havia um procedimento interno que disciplinava a retirada de processos administrativos. Além dos advogados, estagiários também eram impedidos de atuar, mesmo que autorizados. Após atuações da diretoria da Seccional, o Incra editou a Portaria/Incra/SR-13/G/Nº10/2013 revogando o “rol de procedimentos” baixado em 2011.

**Liberação de documento** - O TDP entrou em contato com a Corregedoria do Ministério Público e conseguiu de maneira ágil a liberação de um inquérito para o advogado Murilo da Silva Freire, que atuava em defesa de um empresário investigado e estaria com dificuldades de obter cópia do IP, devido à intransigência do promotor. “Em alguns minutos tivemos a nossa reclamação encaminhada e solucionada. A eficiência na defesa das prerrogativas dos advogados que procuram a OAB/MT e denunciam tem sido exemplar”, pontuou o advogado. O número do Plantão do TDP é (65) 9239-1000.

**Portaria no Cisc Planalto** - Membros do TDP afixaram na sala da Polícia Militar do no Cisc Planalto cópia ampliada da Portaria nº 07/2012/GAB/SEJUD, que normatiza a entrada de advogados nos estabelecimentos penais e unidades socioeducativas do Estado, em virtude das reclamações de advogados que tinham suas prerrogativas violadas por policiais.

**Fim de procedimentos ilegais** - As diretorias da OAB/MT e do TDP enviaram requerimento ao juiz diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso acerca de reclamações sobre as ilegais exigências pelo Banco do Brasil S/A para o levantamento de Alvarás e Requisições de Pequeno Valor.

Membros do TDP afirmaram ser rotina da instituição bancária cobrar dos advogados documentos que não são exigíveis pela lei, como procuração por instrumento público ou particular com data atual e firma reconhecida. Em reunião posteriormente com o magistrado, Maurício Aude, Luiz da Penha e o vice-presidente do TDP, Ademar Franco, informaram que já passaram pela mesma situação com a Caixa Econômica Federal que resolveu o problema com a expedição pela própria secretaria da vara de certidão constando que o advogado atua no processo.

## RETROSPECTIVA 2013

# TED promoveu celeridade em 2013

Com 55 membros relatores, o Tribunal de Ética e Disciplina é um órgão do Conselho da OAB/MT, cuja função é orientar a respeito da ética profissional, instruir e julgar processos disciplinares; entre outros. Em 2013, o presidente do TED, João Batista Beneti, ressaltou que o TED cumpriu a meta estipulada pelo Conselho Federal da OAB de julgar todos os processos instaurados até 2008 e deu celeridade à tramitação das representações disciplinares e dos feitos não especificados. Foram realizadas 126 audiências, sendo 27 em Rondonópolis.

“Atendemos 370 pessoas que geraram 146 representações e reduzimos o estoque nos nossos processos.

Tivemos uma exclusão e temos trabalhado muito para fazer as apurações e dar andamento a todos os procedimentos”.

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, afirmou que o TED não se furtará de investigar e, se for comprovada falta ética e disciplinar, punir os advogados e advogadas acusados nos termos do Código de Ética e Disciplina.

“Temos que zelar pela imagem da advocacia e não pretendemos deixar passar nenhuma denúncia sem investigação, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório”. A lista de advogados suspensos e excluídos fica disponível para consulta no site



### *Denúncias são encaminhadas à Procuradoria e TED*

da OAB/MT, no atalho do TED.

#### **ADVOGADOS INVESTIGADOS**

Já no final do ano, a Presidência da OAB/MT determinou a instauração de processo ético, de ofício, para apurar os fatos envolvendo o afastamento do ex-presidente da Câmara Municipal de Cuiabá e mais um advogado, cujo escritório foi alvo de cumprimento de mandado de busca e apreensão. “Encaminhamos ao Tribunal de Ética e Disciplina para buscar os documentos necessários e verificar se houve falta ético-disciplinar no exercício da advocacia. A tramitação junto ao TED cumpre todos os

princípios do contraditório e da ampla defesa previstos na Constituição Federal e no Código de Ética e Disciplina da OAB”, ressaltou o presidente da Seccional, Maurício Aude.

O parlamentar foi afastado por decisão da juíza da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular da Capital por suposta prática de improbidade administrativa. Quanto ao advogado, seu escritório foi alvo de busca e apreensão como parte da investigação do Gaeco de desvio de dinheiro público junto à Câmara Municipal de Cuiabá. Todos os cumprimentos de mandados foram acompanhados pelo membro do Tribunal de Defesa das Prer-

rogativas (TDP) da OAB/MT, advogado Eduardo Guimarães para garantir o cumprimento das prerrogativas profissionais nos termos da Lei Federal 8.906/94.

#### **Magistrado federal -**

A diretoria da OAB/MT também encaminhou ao TED pedido para que obtenha cópias do inquérito em trâmite perante o TRF da 1ª Região para apurar suposta participação de advogados em operação deflagrada pela Polícia Federal em Cuiabá. As investigações atingiram um magistrado federal, cujas investigações são acompanhadas por membros da Ordem junto à Polícia Federal e órgãos correicionais, além do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

#### **Bacharel -**

Em relação aos mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal na residência de um bacharel em Direito, a OAB/MT encaminhou o caso à sua Procuradoria Jurídica para apurar eventual exercício ilegal da profissão e também ao TED, caso haja acusação em face de advogados. O TDP foi acionado e a plantonista, advogada Rosane Costa Itacaramby, esteve presente ao local, acompanhando os procedimentos por questões de segurança, em especial, porque havia a suspeita de que no local trabalharia uma advogada.

#### **COLÉGIO, PALESTRAS E OAB/MT 80 ANOS**

João Batista Beneti também apresentou painéis para falar do trabalho do TED no Colégio de Presidentes de Subseções em Tangará da Serra e em Rondonópolis, além de também fazer explanação em palestras do projeto Quinta Jurídica da Escola Superior de Advocacia e do projeto OAB/MT 80 Anos. Aos jovens advogados ele esclareceu o que pode caracterizar as infrações e orientou acerca dos parâmetros de divulgação dos escritórios de advocacia, conforme do Código de Ética e Disciplina da OAB.

## RETROSPECTIVA 2013

Um amplo debate acerca da agilização dos processos ético disciplinares no Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MT permeou os trabalhos no 2º Colégio de Presidentes de Subseções na OAB de Rondonópolis. O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, relatou que em recente encontro de Tribunais de Ética em Brasília, o TED de Mato Grosso foi destacado como um dos mais céleres do país e com menor número de processos. “Hoje foi reduzido de dois anos para seis meses o processamento de feitos não especificados, por exemplo”, explicou.

O presidente do TDP, João Beneti, lembrou que o feito é um procedimento inédito em outros estados e no TED/MT é aberto quando há reclamação ou notificação acerca da conduta de advogado sem apresentação de provas ou documentos. Os presidentes das subseções apontaram situações ocorridas e pontuaram os problemas que enfrentam no que tange aos casos de falta ética de profissionais, pedindo celeridade nos processos junto ao TED.

João Beneti recordou que os processos são sigilosos, porém, quando o Tribunal aplica uma punição a lista com os nomes fica



### *Agilização em processos ético-disciplinares é prioridade*

disponível no site da OAB/MT no link do TED. Ele entregou um modelo de Termo de Representação para registrar denúncias e reclamações em face de advogados ou estagiários de forma a unificar o procedimento. O documento deve conter os dados do recla-

mente, do reclamado, informações do fato e documentos para ser remetido ao Tribunal para o processamento da representação a fim de verificar as penalidades cabíveis, respeitadas as normas do Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética e Disciplina.

# Ouvidoria encaminha denúncias e recebe manifestações

Ainda no início do ano, a Ouvidoria da OAB/MT recebeu denúncia de escritório de advocacia do Rio Grande do Sul por fazer propagandas irregulares no CPA IV em Cuiabá com carro de som e distribuição de panfletos com números de telefone para contato. O ouvidor-geral, Geandre Bucair, encaminhou denúncia ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED), que despachou no sentido do escritório se manifestar.

A ouvidora-adjunta, Giselle Carvalho, informa que a Ouvidoria está à disposição para manifestações. Entre as finalidades da Ouvidoria-Geral está a de ampliar os canais de participação dos profissionais de direito e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela OAB/MT, pelo Judiciário e pelos demais órgãos públicos, conforme o artigo 84 da Lei 8.906/94.



### *Ouvidores da OAB/MT participam de Caravana*

de autoridades, entre outros. Todas as demandas têm encaminhamento”.

O evento discutiu a criação de um Sistema Federal de Ouvidorias; ampliação do Sistema Nacional de Participação Social na gestão pública e qualificação profissional. O encontro foi organizado pela Ouvidoria-Geral da União em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República e a Auditoria-Geral, com o apoio do Departamento de Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) e da Ouvidoria Geral do Município de Cuiabá.

O ouvidor-geral da OAB/MT, Geandre Bucair, e a ouvidora-adjunta, Giselle de Carvalho, atenderam no primeiro semestre 116 manifestações, das quais 101 foram resolvidas e 15 estão em andamento. No que tange ao número de reclamações, o órgão recebeu 110 e resolveu 88. Por fim, a Ouvidoria recebeu 62 denúncias e resolveu 49 delas nesse período.

“Os ouvidores estão empenhados em responder os questionamentos dos usuários de forma célere e eficiente. Por isso, entendo que esse canal de comunicação está aproximando mais a OAB/MT da advocacia e é fundamental que todos os profissionais utilizem cada vez mais essa ferramenta para enviar sugestões, denúncias e reclamações que entenderem viáveis”, informou Aude.

#### CARAVANA

O trabalho da Ouvidoria da OAB/MT foi apresentado pela ouvidora-geral na Caravana das Ouvidorias do Centro-Oeste em julho no Palácio Paiaguás, em Cuiabá. Giselle Carvalho apresentou a política institucional do órgão, falou da composição, atividades e meios disponíveis para os usuários se manifestarem. “Entre os temas mais recorrentes estão o PJe e Projudi, demora nos andamentos dos processos nos juizados especiais, Exame de Ordem, casos de direitos e prerrogativas dos advogados, abusos

#### MANIFESTAÇÕES

RETROSPECTIVA 2013

## Lançamento de selo e circulações marcam OAB/MT 80 anos



Um selo é um símbolo que perdura na história de um país ou de uma instituição por gerações para marcar datas importantes, grandes eventos ou personagens. E foi por meio do lançamento do Selo Personalizado e Carimbo Comemorativo dos 80 anos da OAB/MT que a diretoria escolheu para marcar a solenidade do aniversário da Seccional, onde também foram homenageados todos os 27 ex-presidentes que dedicaram sua vida e trabalho pela advocacia e pela sociedade. O evento contou com a presença do presidente da OAB nacional, Marcus Vinícius Furtado Coelho e do corregedor nacional, Cláudio Stábile Ribeiro, toda a diretoria da OAB/MT, conselheiros e autoridades.

O diretor dos Correios, Nilton do Nascimento, destacou a honra de lançar as peças filatélicas

para uma entidade tão participativa como a OAB/MT nos grandes episódios da história nacional. “O Brasil é segundo país no mundo em emissão de selos e colecionadores e os Correios cumprem nesta data o objetivo de enaltecer a entidade e confirmar o fortalecimento dos valores nacionais da Ordem por meio da filatelia”. O primeiro a fazer a obliteração, ou seja, o ato de carimbar o selo, foi o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, seguido do presidente da OAB nacional, Marcus Vinícius Coelho; e da vice-presidente, Cláudia Aquino. Os ex-presidentes da OAB/MT, Cláudio Stábile José Simioni, Munir Feguri e Benedito Flaviano de Souza, lembraram conquistas importantes no período em que presidiram a instituição.

**PROJETO OABMT 80 ANOS PELO ESTADO**



Assim que foi lançado, o Projeto OAB/MT 80 anos iniciou sua trajetória com diversas programações como palestras para crianças e adolescentes nos projetos “OABMT na Escola” e “A escola vai à OABMT”; além de exposição histórica e documental, painéis para os advogados abordando honorários advocatícios, ética e disciplina e mídia sociais, finalizando sempre com um dia inteiro de serviços prestados de forma

gratuita na principal praça da cidade com o apoio de diversos parceiros como faculdades, empresas, órgãos públicos municipais e estaduais.

A coordenadora do Comitê Gestor do OABMT 80 Anos, Cláudia Aquino, observa que milhares de pessoas foram alcançadas com as explicações e serviços prestados. Para ser uma ideia em uma circulação a média de atendimento chegou a mais de 1.200. O

projeto passou por sete subseções - Tangará da Serra, Várzea Grande, Barra do Garças, Alta Floresta, Tangará da Serra, Rondonópolis, Pontes e Lacerda, além de Cuiabá. “Já falamos de Direito do Trabalho e do Consumidor, Mídias Sociais, tudo com uma linguagem acessível e tivemos grande receptividade aos estudantes e também discutimos amplamente os assuntos de interesse da advocacia”. O presidente da

Comissão de Saúde e Saneamento, Fábio Capilé, coordena os trabalhos do “OAB-MT Cidadania” nas praças. “Desde já agradeço a todos os patrocinadores, parceiros e colaboradores que acreditaram no nosso trabalho. É muito bom ver a nossa instituição completar 80 anos e comemorar esse aniversário junto da população”. Um dos requisitos para a participação como parceiro do Projeto OAB Cidadania foi a prestação de serviços ao público de gratuitamente na Praça. Assim, as empresas que se dispuseram a integrar as ações foram fundamentais para o sucesso do evento. Compõem o comitê gestor representantes da Caixa de Assistência dos Advogados, Escola Superior de Advocacia, Comissões de Cultura e Responsabilidade Social, de Direito Eletrônico, do Jovem Advogado, de Cultura e Responsabilidade Social.

# Circulação em 2014

RETROSPECTIVA 2013

“Em fevereiro reiniciaremos as atividades com a circulação do projeto em Cáceres e a equipe da Subseção local já está a pleno vapor preparando as atividades desde o final do ano. A intenção é realizar o OAB/MT 80 anos em todas as subseções até o final da gestão,” finalizou Cláudia Aquino.

